

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 3 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0464-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.644222807>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea Gênero e sexualidade Lugares, história e condições, reúne neste terceiro volume oito artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ÍRIS DE FÁTIMA DA SILVA, UMA ‘PARAIBUCANA’ NA LUTA PELO FEMINISMO NEGRO E LÉSBICO

Giovanna de Araújo Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228071>

CAPÍTULO 2..... 8

POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO “PROGRAMA MULHERES MIL” DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ

Luma Rosa Martins Silva

Jonas Modesto de Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228072>

CAPÍTULO 3..... 23

MULHERES INDÍGENAS E FEMINISMOS – UM ENCONTRO PARA DESCOLONIZAR CONCEITOS A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Luciana Nogueira Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228073>

CAPÍTULO 4..... 36

AFINAL, O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO?

Marcela Rodrigues Santos

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228074>

CAPÍTULO 5..... 42

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER - DANO EMOCIONAL DENTRO DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Letícia Sousa Marques

Roseane Vilarins de Almeida

Bernadino Cosobeck da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228075>

CAPÍTULO 6..... 53

VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A POPULAÇÃO ADULTA: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Karina Fardin Fiorotti

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Franciéle Marabotti Costa Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228076>

CAPÍTULO 7..... 68

REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS NÃO-HETEROSSEXUAIS EM

UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA RELIGIOSA

Janine Targino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228077>

CAPÍTULO 8..... 74

AS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DAS BODAS DE CANÁ (JO 2,1-11)

Josymara Dias de Paula

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6442228078>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 84

ÍNDICE REMISSIVO..... 85

CAPÍTULO 1

ÍRIS DE FÁTIMA DA SILVA, UMA 'PARAIBUCANA' NA LUTA PELO FEMINISMO NEGRO E LÉSBICO

Data de aceite: 04/07/2022

Giovanna de Araújo Leite

Doutoranda em Literatura e Interculturalidade
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

RESUMO: Íris de Fátima da Silva é uma mulher, negra e lésbica, nascida na capital paraibana João Pessoa, militante em prol das causas de gênero, raça, etnias, sexualidade e na luta política anticapitalista, tanto no Estado da Paraíba, como em Pernambuco. Em Recife, Íris se tornou sindicalista no SINDSAÚDE, defendendo com maestria sua bandeira de luta na “Maternidade Bandeira Filho”, no conhecido bairro de Afogados, onde seu trabalho militante lhe rendeu o título de **Cidadã Pernambucana** pela Assembleia Legislativa de Pernambuco. Este ensaio visa mostrar este trabalho brilhante de Íris em defesa das mulheres lésbicas, negras e pobres, assim como descrever a vida de resistência e resiliência diante das dificuldades enfrentadas nos dois estados onde vive e viveu.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Feminismo. Lesbianidade. Interseccionalidade. Nordeste.

ABSTRACT: Íris de Fátima da Silva is a black and lesbian woman, born in the capital of Paraíba, João Pessoa, activist in favor of causes of gender, race, ethnicity, sexuality and in the anti-capitalist political struggle, both in the State of Paraíba and in Pernambuco. In Recife, Íris became a trade unionist at SINDSAÚDE, masterfully defending her struggle flag at the “Maternity

Bandeira Filho”, in the well-known neighborhood of Afogados, where her militant work earned her the title of Citizen of Pernambuco by the Legislative Assembly of Pernambuco. This essay aims to show this brilliant work by Íris in defense of lesbian, black and poor women, as well as to describe the life of resistance and resilience in the face of difficulties faced in the two states where she lives and has lived.

KEYWORDS: Women. Feminism. lesbianism. intersectionality. North East.



INTRODUÇÃO

A lesbofobia se constitui por uma complexidade e diversidade de práticas discriminatórias, devido à orientação sexual de mulheres que amam outras. Pode ser, ainda, articulada com preconceitos de raça, etnia, classe, entre outros. O preconceito que se tem contra mulheres lésbicas, ou o medo em torno da lesbianidade, é um assunto pouco discutido no Brasil, sendo, muitas vezes, silenciado nos espaços privados e públicos da sociedade.

É de extrema importância refletir a

existência de tantas mulheres lésbicas na luta anticapitalista, focando nas necessidades da maioria social e se afastando do liberalismo que se diz defensor de um feminismo livre e empoderado, mas que omite as necessidades *amefricanas*, de acordo com Lélia Gonzalez:

trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural [...] é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o 'l' pelo 'd' para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (GONZALEZ, 1988b, p.69).

A mulher lésbica e de cor, pobre e silenciada que vive na chamada “*América Ladina*” não se deixa mais sufocar por um pensamento hegemônico que insiste em omitir uma existência, há décadas já desmascarada por Gonzalez (1988b), quando afirmou ser urgente uma conscientização entre uma maioria social formada por trabalhadoras incluídas em vários espectros da diversidade, no sentido de transformar as relações lesbofóbicas em relações dialógicas e positivas, criando alianças transfronteiriças comprometidas com a luta pelos direitos sociais em âmbito mundial, sendo necessário, inclusive, lutar contra o feminismo liberal e capitalista, que empodera e privilegia grupos de mulheres específicos e exclui quem está às margens do chamado “desenvolvimento”.

Íris de Fátima da Silva é uma dessas mulheres “*ladinoamefricanas*”, exemplo de resiliência, resistência e força na região do Nordeste brasileiro, entre os Estados da Paraíba e Pernambuco, pois mesmo se deparando com obstáculos, preconceitos, dores e tudo o mais que acompanha a caminhada de uma líder sindical, não se deixou abater e buscou diariamente militar em prol de sua existência e resistência, principalmente na cidade onde iniciou sua atividade de trabalho na Maternidade Bandeira Filho, em Recife, Pernambuco.

Traz em seu discurso a luta pelas mulheres lésbicas de todas as formas, pelo simples fato de ser mulher e sofrer opressões por ser lésbica. Ela nega e crítica a lesbofobia como algo inaceitável na sociedade. Assim, Íris traz em sua bandeira de luta, exemplos de como lutar contra a LGTBfobia, e denuncia o compulsório sistema patriarcal, capitalista e heterossexual.

Diante disso, este ensaio conta a história de vida e luta de Íris de Fátima da Silva e, ao mesmo tempo, faz uma reflexão entre a teoria e a ação nas lutas impetradas por gênero, raça, etnia, sexualidades, partindo do pressuposto de que o capitalismo está na base de todas as crises. Como Fraser bem afirma:

Nosso feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas (FRASER, 2019, p. 12).

e ao mesmo tempo entender as questões que esse feminismo liberal não pontuou, como Gonzalez tão bem expressa “o termo *amefricanas* como nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu ‘descobrimento’ por colombo” (2020). Íris de Fátima

da Silva, é essa mulher *amefricana*, feminista e anticapitalista, nascida no nordeste brasileiro e, ao contrário do que pensa, de maneira preconceituosa, o sudeste e o sul do país, tem muito a nos ensinar.

UMA MULHER DE LUTA E RESISTÊNCIA

Nascida no Estado da Paraíba, precisamente no bairro do Rangel, em João Pessoa, Íris de Fátima da Silva, 55 anos, é uma mulher de luta e exemplo para outras tantas mulheres. Uma mulher que defende o feminismo negro e lésbico, que batalha pelo reconhecimento e pela visibilidade lésbica em seu ativismo. Desde criança, Íris traz em sua vivência, um exemplo de história de vida resiliente diante dos preconceitos que sofreu. Sua mãe, dona Maria Anísio da Silva, trabalhava em casa de família e era lavadeira de roupas. Seu pai biológico não a registrou e só aos 22 anos, Íris de fato o conheceu.

Enquanto sua mãe trabalhava, Íris só teve acesso à educação formal em um convento de freira, posteriormente, aos nove anos de idade, conheceu um senhor chamado Romualdo, que ela o considera um “anjo da guarda”, pois ele atuava na Legião Brasileira Assistencial – LBA, a qual desenvolvia projetos na comunidade e oferecia em plena década de 90, cursos profissionalizantes como o de Técnico de Contabilidade. O senhor Romualdo se tornou ao longo do tempo, um ‘pai adotivo’ de Íris, pois ele a ajudou nos estudos na área de contabilidade e ela chegou a concluir o segundo grau em uma das melhores instituições de ensino da Paraíba, na Academia de Comércio Epitácio Pessoa alcançando o título de Técnica de Contabilidade.

Aos 22 anos, Iris foi a Pernambuco, à casa de uma conhecida e nessa cidade enfrentou muitas dificuldades. Foi diarista e chegou a ser até pintora de apartamentos, mas graças ao apoio de pessoas amigas e especiais (como o senhor Romualdo), a vida de Íris se tornou diferente a tantas outras mulheres pretas e lésbicas nordestinas. Em 1991, Íris foi aprovada em concurso público no Estado de Pernambuco, na Maternidade Bandeira Filho, no conhecido bairro dos Afogados, em Recife, dando início a uma história de vida de ativismo no SINSÁUDE, onde foi eleita diretora durante os anos de 1992 a 2006, dada a sua participação ativa como mulher de voz e guerreira.

Neste meio tempo, a mãe de Íris faleceu e Íris aceitou a responsabilidade de guarda dos seus irmãos, Luciana Anísio da Silva e Luciano da Silva. Pela força e garra que tinha, ela os incentivava a estudar e, hoje em dia, Luciano é professor universitário e leciona na cidade de Campina Grande –PB.

Atualmente, Íris é Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIA+. Sua carreira nos movimentos sociais teve início após a conclusão do curso técnico em contabilidade, em 1986, e depois de sua mudança definitiva para o Recife, onde foi aprovada no concurso público no ano de 1991. Se mostrou uma mulher militante, defensora das causas sociais e de políticas de gênero, raça, etnia, sexualidade,

entre outros. Sua atuação impulsionou sua história política, desde sua participação no sindicato da saúde – SINDSAÚDE – e extensão em prol das questões da lesbianidade. Íris se orgulha em dizer que sua história no sindicato começou com ela limpando o chão, passando pela função de telefonista, até ter sido convidada a se integrar de maneira política, sendo diretora sindical financeira.

Sua influência política (e afetiva) deve-se à Josenita Duda, que em 1996, a convidou para participar do grupo AMHOR, uma instituição que buscava, naquele ano, desmistificar a chamada ‘peste *gay*’, termo preconceituoso que dizia respeito às pessoas homossexuais ou bissexuais. Íris trouxe meninas lésbicas para o esporte, a fim de recuperar nelas o amor pela vida e a valorização do amor-próprio. Por meio do futebol, envolveu muitas garotas no esporte como forma de fazer com que elas se sentissem amadas e cuidadas perante toda aquela toxicidade que a heterossexualidade construía na vida daquelas adolescentes.

Posteriormente, Íris se inseriu ainda mais no movimento feminista pernambucano. Durante seis anos foi conselheira no Conselho Municipal de Saúde, na capital, representando magistralmente o Fórum de Mulheres, juntamente com o AMHOR, transformando a ideia do que é ser mulher lésbica, pois trouxe à tona, a importância da consciência e visibilidade lésbica, buscando desconstruir pensamentos e comportamentos lesbofóbicos, inclusive dentro dos círculos feministas no estado, o que gerou alguns conflitos de opiniões, mas Íris não se deixou abalar, mesmo diante de posicionamentos feministas elitistas, que ainda se concentravam na ideia da luta da mulher universal e silenciavam as lutas das mulheres negras e indígenas, pobres e lésbicas.

Desta forma, Íris potencializou sua luta pelas demandas das questões da lesbianidade, ampliou os espaços de ações coletivas nos Conselhos Municipais e Estaduais, discutindo os assuntos junto à sociedade e, aos poucos, ela se tornou referência no estado de Pernambuco no controle social em saúde integral para a população LGBTQIA+.

A vida e o engajamento de Íris se traduzem numa luta em prol de um significado especial para a compreensão da importância de políticas pela diversidade, de forma inter-relacionada, ao invés do que se pensava por tantas outras políticas feministas que visualizavam apenas as relações de desigualdades baseadas no sexo-gênero, pois Íris é um exemplo de mulher que luta numa perspectiva decolonial, isto é, uma batalha que abarca as condições de vida das pessoas que vivem à margem de uma sociedade opressora e colonialista, que questiona constantemente a ideologia hegemônica patriarcal, branca, colonialista, elitista, exploradora.

Íris consegue trazer para sua vivência, os interesses materiais das mulheres trabalhadoras lésbicas com as frentes de luta como o antirracismo, a libertação LGBTQIA+ e a luta contra a violência dos homens para com as mulheres, de um modo geral. Neste sentido, ela traz a lesbianidade como um movimento social que une essas questões a posicionamentos pela naturalização das diversas sexualidades. Ela lembra que é preciso uma aliança anticapitalista através da sua participação ativa em movimentos sociais e na

presença de mulheres conscientes e de identidades lésbicas que priorizam o entrelaçamento das lutas contra a opressão de gênero, em movimentos trabalhistas, sindicais e que enfatizam a questão da saúde destas mulheres em todos os sentidos (saúde física e mental), para lidar com as opressões de uma sociedade compulsoriamente heterossexual.

Íris dialoga com o pensamento interseccional do feminismo negro que reivindica, há tempos, uma pluralidade de experiências e demandas. Para Crenshaw (2020), a interseccionalidade demonstra a colisão das estruturas, a interação simultânea entre as identidades e o fracasso do feminismo branco e às falhas até mesmo do feminismo negro quando ainda traz em seus discursos, o caráter machista das experiências do homem negro. Além disso, defende o pensar descolonialmente e politicamente em termos e projetos de descolonização; busca desvincular-se de conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento, ou melhor, ‘aprender a desaprender’, realizando-se desta forma, ‘a desobediência epistêmica’ (MIGNOLO, 2007).

A vida de Íris se traduz empiricamente nesta tentativa diária, pois mesmo diante das opressões ela se desdobra, buscando alternativas para ajudar tantas adolescentes e mulheres oprimidas e silenciadas, para quem a dor muitas vezes é a resposta mais clara desta cotidianidade nordestina. Só a luta e o engajamento político da lesbianidade podem realmente levar tais discussões e realidades para o palco social e o que era omisso e silenciado passa a ser visível mesmo que isto custe a dor do preconceito de se colocar visível. Como Hollanda (1994, p. 08) afirma: “no plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos que se consolidam com novas forças políticas emergentes”.

Os papéis sociais dos homens e mulheres são redistribuídos de forma a fazer com que se questione o quanto as mulheres sofreram perante o patriarcado e o quanto a mulher negra, pobre e lésbica tem a dizer e a operar no campo discursivo, social e político desta sociedade. Trata-se de uma luta que considera as realidades locais de regiões oprimidas culturalmente, socialmente, economicamente e politicamente. Uma realidade que condiz com o sofrimento de milhares e milhares de mulheres afora, *amefricanas*, latino-americanas.

Como Alvarez (2014) diz, é preciso caracterizar o feminismo latino-americano como um campo discursivo de ação, pois as feministas latino-americanas contemporâneas estão envolvidas não apenas com lutas políticas de espaço em que a inclusão da perspectiva de gênero seja apenas o foco. As feministas latino-americanas estão envolvidas por disputas de sentidos e significados, por batalhas culturais sobre o significado de cidadania, desenvolvimento, saúde reprodutiva, auto democracia, sob os múltiplos pontos de vista das mulheres e de vários pontos de vista feministas. Mas, dentro deste campo discursivo, é preciso compreender que também há processos contínuos de disputas discursivas e estratégicas, a fim de promover transformações socioculturais inspiradas em um feminismo ressignificado em sua contextualização de vida dos povos latino-americanos, pela luta por justiça de gênero e suas interseccionalidades.

O desafio político de Íris se caracteriza por essa busca pela descolonização das perspectivas hegemônicas do feminismo branco e burguês. Suas ações refletem sobre as mulheres de cor, considerando as experiências de vida específicas de mulheres que sabem o preço de uma luta contrária ao movimento heterossexual compulsório. Toda esta problemática é perceptível para o conhecimento da sociedade. Com toda a sua luta em Pernambuco, não é à toa que Íris de Fátima da Silva foi escolhida para ser Cidadã de Pernambuco, pela Assembleia Legislativa do Estado.



Figura 1 Certificado de Cidadã de Pernambuco de Íris de Fátima da Silva

Seu exemplo vivo de luta é sinônimo de esperança de que outras mulheres lésbicas de cor arregacem suas mangas e corram sem medo em busca do reconhecimento do seu trabalho, do seu espaço no mercado de trabalho, independentemente de qualquer preconceito de gênero, raça, etnia, classe, sexualidades, entre outros aspectos.

Amefricanidade, interseccionalidade e decolonialidade estão intrinsecamente conectadas, pois denunciam as formas de dominação e as ideologias políticas que replicam representações coloniais, os discursos de naturalização da experiência da escravidão, as formulações do pensamento sociais latino-americano, o não-silenciamento das insurgências negras na esfera do cotidiano, a crítica ao viés eurocêntrico das Ciências Sociais e do Feminismo Ocidental e realizam um diálogo com intelectuais das epistemologias do sul, garantindo uma interlocução com a produção latino-americana e envolvendo as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça, articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial.

Assim, entende-se que o pensamento de Gonzalez (2020) é fundamental para observar o trabalho de mulheres militantes e atuantes na sociedade, como é o caso de Íris, que traz para sua luta, não apenas raça, classe e gênero, mas também os temas essenciais como sexualidade, território e política, cruciais para a compreensão do feminismo contemporâneo amefricano. Daí, o exemplo de Íris ser um modelo para tantas outras mulheres lésbicas, de cor, pobres e trabalhadoras que vivem no Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Dossiê o gênero da política: feminismos, estado e eleições.** *cadernos pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.

CRENSHAW, Kimberlé. Tradução – Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. IN.: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (ORGS.) **Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade.** Curitiba: Appris, 2020.

FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMOS, Ana Carla da Silva. **Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: uma etnografia a partir do ativismo lésbico.** (dissertação de mestrado). UFPE: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In.: **Tempo brasileiro.** Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.) 1988b, p.69-82.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (org.) RIOS, Flavia. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VAREJÃO, Adriana *et al.* **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Repensando a história literária. In.: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** (org.) HOLLANDA, H. B. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** (trad.) NORTE, Ângela Lopes. *Revista Gragoatá*, nº. 22, p. 11-41, 1º. sem. 2007.

POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO “PROGRAMA MULHERES MIL” DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ

Data de aceite: 04/07/2022

Luma Rosa Martins Silva

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Jonas Modesto de Abreu

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor de Ciência Política na Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

RESUMO: Este artigo analisa o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí. Através da qualificação e capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, o programa tem como diretrizes a promoção da equidade de gênero, a redução da desigualdade econômica e social e o combate à violência contra a mulher. O objetivo é verificar se o programa contribuiu, por meio da inclusão profissional e educacional, para que as mulheres atendidas entrassem no mercado de trabalho, contribuindo de alguma forma com a superação das desigualdades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mulheres Mil. Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT: This article analyzes the development of the Thousand Women Program at Instituto Federal Goiano, Urutaí. Through the qualification and training of women for the job market, the program's guidelines are the promotion of gender equity, the reduction of economic and social inequality and the fight against violence

against women. The objective is to verify if the program contributed, through professional and educational inclusion, for the women assisted to enter the job market, contributing in some way to overcoming gender inequalities.

KEYWORDS: Thousand Women Program. Genre. Sexual Division of Labor.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo a realização de uma análise do Programa Mulheres Mil, desenvolvido pelo Instituto Federal Goiano, Campus de Urutaí. O programa foi instituído pela Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011, tendo como diretrizes a promoção da equidade de gênero, inclusão social, redução da desigualdade econômica e social e o combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2011). O pilar do programa é proporcionar a qualificação e capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, lapidando o potencial produtivo que já possuem, além de privilegiar a formação cidadã, contribuindo com fatores como a elevação da autoestima, inclusão digital, cooperativismo e mobilidade perante o mercado de trabalho. O público alvo são mulheres em condições de vulnerabilidade social, como: chefes de família cadastradas no CadÚnico, vítimas de violência física, sexual e psicológica, com baixa escolaridade e em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2014).

O programa é uma política pública

que busca fomentar a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres através da educação e do acesso ao mundo do trabalho. As políticas públicas são programas e ações desenvolvidas pelo Estado, que podem ser influenciadas pela mobilização social, elas “visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas e segmentos mais vulneráveis onde se encontram as mulheres.” (BRASIL, 2013, p.3). Entre o final da década de 1970, e início dos anos 80, surgem as primeiras políticas públicas com recorte de gênero no país, num contexto de luta pela redemocratização do Brasil e de grandes movimentos sociais com forte presença de mulheres que reivindicaram acesso a serviços públicos para seus filhos, melhoria na qualidade de vida e superação das desigualdades de gênero, entre outras reivindicações.

Essas reivindicações foram feitas por grupos de mulheres que se entendiam como feministas e por outros grupos femininos que participavam dos movimentos sociais, mas não se viam dessa forma. Contudo, houve uma compatibilidade entre os interesses desses grupos. Nesse momento, as mulheres se entenderam como sujeitos coletivos e levantaram questões específicas às suas condições na sociedade. É também, nesse período, que os estudos de gênero se estabeleceram no país.

O conceito de gênero, funciona como uma ferramenta analítica e política, na qual demonstra que a subalternidade vivida pelas mulheres resulta das relações sociais construídas historicamente entre os sexos, mas sem negar a biologia. Assim, a construção do gênero é baseada na forma como as características sexuais são criadas e representadas na sociedade, formando sujeitos masculinos e femininos com papéis específicos para serem exercidos socialmente, construindo relações desiguais entre esses sujeitos.

A divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais de gênero, no qual ocorre uma separação dos trabalhos para homens, ligada à esfera produtiva e pública, enquanto os trabalhos para mulheres estão relacionados à esfera privada, reprodutiva e do cuidado. Nessa perspectiva, o trabalho do homem tem maior valor que o da mulher.

Considerando que o Programa Mulheres Mil é uma política pública que objetiva proporcionar acesso à educação e qualificação profissional, empreendedorismo, cooperativismo, redução da pobreza e da desigualdade de gênero, pretende-se analisar e identificar se o programa contribui de fato para o ingresso das mulheres atendidas ao mercado de trabalho, ampliando sua fonte de renda e, dessa forma, proporcionando melhoria na qualidade de vida e reduzindo a condição de pobreza dessas pessoas. Além disso, também será observado se o programa vem contribuindo para a promoção da equidade de gêneros, não reforçando os estereótipos e, assim, rompendo com a tradicional visão da divisão sexual do trabalho.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E O SURGIMENTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Pesquisadoras anglo-saxãs criaram a categoria de análise “gênero” no final da década de 1970, o termo esclarece que a discriminação vivida pelas mulheres é resultado das relações sociais construídas entre os sexos ao longo da história, sendo uma ferramenta analítica e política no campo social (QUIRINO, 2015).

De acordo com Araújo (2000), esse conceito surgiu para tentar compreender como é reproduzida a subordinação e como a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, incorporando as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, indo além das fronteiras materiais e biológicas.

A construção do gênero é baseada na maneira que as características sexuais são construídas e representadas socialmente, assim, caracterizando e determinando qual o lugar e as relações que homens e mulheres devem exercer na sociedade. Dessa forma, espera-se que os sujeitos se constituam como masculinos ou femininos, algumas marcas dessa dicotomia são a diferenciação do comportamento nas formas de representação de homens e mulheres, as condições de acesso a recursos materiais e aos arranjos sociais, com isso, constrói-se relações desiguais entre os sujeitos.

É importante destacar que esse conceito não é estático, já que é um produto das práticas sociais e, por isso, são produzidas, reproduzidas e transformadas, podendo variar de sociedade para sociedade. Segundo Louro (1997, p. 23), “[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos - étnicos, religiosos raciais, de classe - que a constituem.” Portanto, justamente por ser um processo histórico e social que de acordo com as necessidades da sociedade vão se transformando, pode-se concluir que as desigualdades resultantes desse processo não são imutáveis, mas sim, passíveis de serem superadas e transformadas.

Federici (2017), aponta que a forma de divisão sexual do trabalho que conhecemos teve origem com o fim da economia de subsistência e com o surgimento da economia monetária. As sociedades deixaram de ter uma “produção-para-uso”, na qual havia unidade entre produção e reprodução e a forma “produção-para-mercado” definiu-se como a única geradora de valor. Nesse sistema, a reprodução do trabalhador deixou de ser considerada trabalho e perdeu valor econômico, nesse modelo, aos homens foi atribuído o papel de provedor e as mulheres assumiram o papel doméstico, sendo inteiramente responsáveis pelo bem estar da família.

A desigualdade de gênero não está presente somente no campo do trabalho, pois, essa relação, está presente na totalidade das práticas sociais e são exercidas em outras esferas da vida. Como é apontado por Federici (2017), durante a história as mulheres sofreram constantes perseguições, tiveram que lidar com a dominação de seus corpos,

controle de sua vida sexual e tratadas como socialmente, juridicamente e politicamente inferiores.

As conseqüências dessa divisão sexual do trabalho produzem a invisibilidade das mulheres como trabalhadoras - sendo que elas nunca foram alheias ao trabalho -, a dependência econômica e a sua pobreza crônica.

Em 1978, Diane Pearce cunhou o termo “feminização da pobreza”, sob o pressuposto de que a pobreza rapidamente se tornou um problema feminino, já que, ao longo do tempo, as mulheres têm se tornado a parte mais pobre da população. Segundo Novellino (2004, p.2), Pearce “associa o processo de empobrecimento das mulheres ao aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulher, as quais ela define como aquelas onde há apenas um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino.”

Ainda pensando no termo feminização da pobreza, de acordo com Castro (2001), nos Estados Unidos, as agências governamentais associaram o aumento da visibilidade de mulheres entre os mais pobres devido ao aumento de divórcios e pela viuvez, percebendo que essas mulheres que se tornaram chefes de família: “não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.”

Para Lavinias (1996), os lares chefiados por mulheres são os mais pobres porque além da falta de investimento na carreira, há uma disparidade salarial entre homens e mulheres, elas sofrem um alto grau de discriminação no mercado de trabalho e exercem atividades que são menos qualificadas e remuneradas, tendo uma grande atuação no mercado informal. Castro (2001, p. 92) diz que: “hoje, em países como o Brasil, o novo é que, paradoxalmente, a “feminização da pobreza” convive com a maior empregabilidade das mulheres em algumas unidades de produção, em setores modernos da economia.”

Lavinias (1996), critica que essa situação seja analisada de forma generalizada, “das mulheres em geral”, pois, as diferenças de renda entre homens e mulheres vem diminuindo, mas entre algumas mulheres, não. Assim, ela propõe uma atenção especial nas diferenças existentes entre as próprias mulheres e defende políticas públicas de combate à pobreza mais universalistas.

UM RECORTE RACIAL

Observar as diferenças existentes entre as próprias mulheres é importante, porque existe diversidade e desigualdade dentro desse grupo. Por exemplo, as desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho se agravam quando consideramos as relações raciais, existindo uma dupla discriminação das mulheres negras, devido à sua condição de gênero e de cor.

A crescente exaltação da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães e donas de casas não se estendiam às mulheres negras, que nunca

foram tratadas como “sexo frágil”, “donas de casa” ou “femininas demais” para trabalharem em plantações, minas, aberturas de estradas, isto é, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as brancas, em decorrência do sistema escravista (DAVIS, 2016).

Atualmente, a população negra (composta por pretos e pardos) no país representa a parcela mais pobre da sociedade, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito no ano de 2010. Na extrema pobreza, 48% são homens, 52% mulheres, sendo 74% desse contingente pretos, pardos e indígenas. Entre os pobres, 48,63% são homens e 51,36% mulheres; 71,7% são pretos, pardos e indígenas. Dentre esses números, as mulheres negras são as pessoas com os menores salários, piores condições de trabalho e enfrentam as maiores taxas de desemprego.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, comparando os rendimentos do trabalho, a renda de mulheres brancas, de forma agregada, é maior que a dos homens negros, devido ao maior nível de escolaridade desse primeiro grupo, que é superior até mesmo em relação aos homens brancos. Porém, isso não representa vantagem na remuneração, isto significa que, mesmo tendo o grau de escolaridade maior, o reconhecimento profissional das mulheres não se iguala ao dos homens. Por exemplo, 76,2 % do rendimento médio mensal de homens negros vem do seu trabalho principal, quando possuem 12 ou mais anos de estudos, enquanto mulheres brancas e negras, com o mesmo nível de escolarização, têm respectivamente 57,8% e 42,7% de sua renda vindos do seu trabalho principal.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do ano de 2019, entre os jovens de 18 a 24 anos (aqueles que idealmente deveriam estar frequentando o ensino superior), apenas 21,4% frequentavam curso de educação superior e 4,1% já haviam completado essa etapa. Numa análise feita entre sexo e cor, as mulheres representam um percentual maior na frequência escolar (nível básico ou superior), sendo 34,2% frente a 30,7% dos homens.

RESGATE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS DE DIREITOS E IMPLANTAÇÕES DE POLÍTICAS COM RECORTE DE GÊNERO NO BRASIL

Durante séculos, apenas os homens brancos tiveram acesso à educação formal e participação social. Por anos, as mulheres estiveram excluídas dos processos de educação, cidadania e trabalho, sendo recente a escolarização e a incorporação das mulheres ao mundo de trabalho no Brasil. Além disso, inicialmente, quando tiveram acesso à educação, era um ensino voltado para as atividades domésticas, o que contribuía para reforçar as relações patriarcais da sociedade.

Com a proclamação da República no final do século XIX, criaram-se as escolas normais destinadas às mulheres, o que proporcionou a formação profissional de professoras de nível primário para meninas. Os exames de acesso ao ensino superior continuaram

restritos aos homens, pode-se dizer que foi somente a partir da década de 1960 que as mulheres brasileiras, de fato, começaram a ter maiores chances de ingressar no ensino superior (PEREIRA; FAVARO, 2017).

Atualmente, as mulheres são maioria em todos os níveis de educação no Brasil, porém essa maior taxa de escolarização não representa superioridade ou igualdade de reconhecimento e renda em relação aos homens. Ribeiro (2013), mostra que esse avanço educacional e a inserção de vez no mercado de trabalho não proporcionou a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres porque há uma concentração das mulheres nos empregos mais precarizados, e por desempenharem desde cedo responsabilidades domésticas, elas, em regra, somente conseguem trabalhar em tempo parcial ou com contratos de curta duração.

No Brasil, a intensificação do ingresso das mulheres ao mercado de trabalho ocorreu no final do século XIX, início do XX, devido ao crescimento industrial pelo qual o país passava. Essa inserção se destacou pelas grandes diferenças salariais, elevada concentração em setores do comércio e serviços, trabalho doméstico e ocupações mais vulneráveis com baixa exigência de qualificação profissional, ou seja, representavam uma mão de obra barata. Segundo Saffioti (1976), é uma tendência a força de trabalho feminina ser introduzida no setor secundário e terciário em países que se industrializam.

A partir dos anos 1960, com o movimento feminista, a condição da mulher na sociedade passa a mudar. O objetivo das feministas nesses tempos era tornar as mulheres visíveis, pois a segregação social e política a qual foram conduzidas, as invisibilizaram como sujeitos na ciência, nas letras, nas artes (LOURO, 1997).

Uma das primeiras conquistas desse movimento no país, depois de muitos anos de luta, foi o direito de votarem e serem votadas no ano de 1932, porém, era um direito somente para as mulheres com mais de 21 anos, alfabetizadas, solteiras ou viúvas com renda própria. As casadas precisavam de autorização do marido. Dois anos depois, em 1934, a Constituição estabelece a igualdade dos direitos políticos para ambos os sexos, desde que fossem alfabetizados e maiores de 18 anos (MARQUES, 2019). A conquista do sufrágio não significou logo de imediato profundas alterações na condição social das mulheres, que até então, não eram tidas como seres políticos, mas a partir dessa conquista, foi possível começar alcançar lugares nos espaços públicos da sociedade brasileira.

Sob os impactos do movimento feminista e dos movimentos sociais de reivindicações pela redemocratização do país no fim da década de 1970, surgem as primeiras políticas com recorte de gênero no Brasil. Nesse contexto, as mulheres se viram como sujeitos coletivos, deixaram a esfera privada e denunciaram diferenças de classes, ao mesmo tempo que começam a levantar questões específicas as suas condições enquanto mulher (FARAH, 2004).

Nesse momento, essas questões eram levantadas pelos grupos de mulheres que estavam inseridas nos movimentos sociais contra a ditadura e reivindicavam melhorias

na qualidade de vida, acesso a serviços públicos como creche e escola para seus filhos. E, pelos grupos de mulheres feministas vindas das classes médias, com nível superior de instrução, que por sua vez, buscavam principalmente a superação das desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Segundo Farah (2004), houve uma convergência entre esses dois grupos, fato que contribuiu para a inclusão desse tema na agenda pública nacional. É também nesse período que os estudos de gênero se consolidaram no país.

Além desses movimentos nacionais, outro fator que influenciou para a incorporação da questão de gênero na agenda governamental brasileira, foram as conferências e tratados internacionais que ocorreram durante esse período. Como por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979. Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de 1993 em Viena, é estabelecido que a violência contra mulher é uma violação contra os direitos humanos, que deve ser combatida pelo Estado.

A ONU organizou quatro Conferências Mundiais da Mulher, a primeira em 1975 no México; a segunda em Copenhague em 1980; a terceira em Nairóbi em 1985 e a quarta conferência em Pequim, no ano de 1995. Essa última propunha que houvessem investimentos em programas de promoção da igualdade entre homens e mulheres e que a questão de gênero fosse incluída nos orçamentos públicos (RIBEIRO, 2013).

Diante dessas mobilizações nacionais e internacionais, no estado de São Paulo, em 1983, é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985. Em nível federal, foi instituído em 1983 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) em 1985. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu a não discriminação entre homens e mulheres.

Como forma de tentar aumentar a participação feminina na política, que é baixa, principalmente considerando que as mulheres representam uma considerável da população brasileira, foram criadas as “cotas de gênero” (MEDEIROS; CHAVES, 2017, p. 109).

Em 1997, um novo projeto foi aprovado e esse percentual que era de no mínimo 20%, passou a ser 30%, porém o termo “deverá reservar” deixou margem para uma dupla interpretação.

Em 2000, foi promulgada a Declaração do Milênio pela ONU, na qual são apresentados alguns objetivos importantes para as relações internacionais no século XXI, nos quais os países signatários se comprometem em fomentar questões como: a segurança, o desarmamento, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, promoção da democracia e estado de direito e a proteção dos grupos vulneráveis e a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde apontou a violência doméstica como o principal problema de saúde das mulheres no mundo (LISBOA e MANFRINI, 2005).

Em 2003 com status de ministério, foi criada a Secretaria de Políticas para as

Mulheres, o que representou um novo momento para a formulação de políticas que promovem a igualdade.

Em julho de 2004, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A Conferência mobilizou cerca de 120 mil mulheres pelo Brasil, dando origem ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse documento tornou-se o norteador de políticas públicas para os governos Federal, Estadual e Municipal.

No ano de 2005, criou-se a Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180. O objetivo desse canal de atendimento é “receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento às mulheres e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.” Além do Brasil, o Ligue 180, que também atua como um disque-denúncia, recebe ligações de mais 16 países.

Em 2006 promulgou-se a Lei nº 11.340, “Lei Maria da Penha”, com essa legislação o Brasil colocou em prática compromissos que foram assumidos internacionalmente. A lei visa coibir toda forma de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da idade, orientação sexual, classe, raça, renda e religião. É exposto que violência doméstica e familiar correspondem a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, entre outras, já a responsabilidade de coibir essas agressões deve ser articulada entre os estados, municípios e ações não governamentais.

Em 2007, instituiu-se o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher com o objetivo de desenvolver políticas direcionadas às mulheres em condições de maior vulnerabilidade social e em situação de violência. Em agosto desse mesmo ano, ocorreu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a conferência contou com a participação de aproximadamente 200 mil mulheres de todos os estados brasileiros, resultando na elaboração do II Plano de Políticas para as Mulheres. Os primeiros eixos do Plano são o desenvolvimento de autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, juntamente da inclusão social e educação inclusiva (BRASIL, 2008).

Como forma de atender esses eixos, o Programa Mulheres Mil começou a ser implantado em 2007 nas regiões do Norte e Nordeste do país, em cooperação com o Canadá e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A partir de 2011 o programa se expandiu para todo o Brasil e, no início de 2014, foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (Pronatec/BSM).

Também para tentar atender os primeiros eixos do II Plano de Políticas para as Mulheres, em 2008 foi lançado o Programa Nacional de Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, a fim de alterar as condições de vidas das mulheres. O público alvo são mulheres empreendedoras e em situação de vulnerabilidade social por causa da renda (Ribeiro, 2013).

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em dezembro

2011, contou com 200 mil participantes de todo o Brasil e foi elaborado o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para o triênio de 2013 a 2015. Foi a primeira vez que a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorreu durante o mandato de uma presidenta, Dilma Rousseff, primeira mulher a presidir o país.

A “Lei do feminicídio”, Lei nº 13. 104, outra importante ferramenta de enfrentamento a violência contra a mulher, foi sancionada em 9 de março de 2015. Segundo a lei, feminicídio ocorre “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, quando envolve discriminação e menosprezo a condição de mulher ou envolver violência doméstica e familiar. Essa lei foi implantada três anos após a publicação da Declaração de Viena sobre Feminicídio, feita pela ONU.

Mesmo com as conquistas de direitos que foram citadas, por terem passado muito tempo apenas na esfera reprodutiva e do cuidado, as mulheres ainda se encontram em situação de sub-representatividade nos espaços de poder, no debate político, nas ciências, nos altos níveis de carreira e com capacidade econômica.

Em 2018 a Secretaria de Políticas para as Mulheres deixou de ser um ministério independente e foi transferida para o Ministério dos Direitos Humanos e, junto com o Ministério da Justiça, formou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Isso representou um retrocesso.

O PROGRAMA MULHERES MIL

A portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, além de instituir o Programa Mulheres Mil em âmbito nacional e traçar suas diretrizes, aponta que suas ações compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Também é estabelecido pela portaria que o programa deve ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, priorizando as instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais. Também pode ser oferecido pelas entidades privadas nacionais vinculadas ao sistema sindical: o “Sistema S”, ou as entidades privadas sem fins lucrativos, com experiência comprovada em educação profissional e tecnológica.

Entretanto, as principais instituições responsáveis pela oferta do programa são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que atuam como “parceiros ofertantes”, enquanto os municípios são “parceiros demandantes”. A rede federal de educação profissional surgiu no início do regime republicano, em 1909, a partir da criação das escolas de aprendizes artífices em todas as capitais do Brasil. O objetivo era oferecer o ensino de um ofício voltado para as indústrias que começavam a surgir no país. O público alvo dessas escolas eram os jovens à margem da sociedade (KUNZE, 2009).

Os Institutos Federais como conhecemos hoje, foram criados pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e são importantes meios de acesso à pesquisa e ao conhecimento tecnológico, distribuídos por todas as regiões do país, em grandes e pequenas cidades,

o que contribui com a interiorização do ensino. São ofertados uma diversa modalidade de cursos em diferentes níveis de profissionalização, indo de cursos de qualificação à pós-graduação, potencializando o desenvolvimento regional, já que são cursos alinhados com os arranjos locais.

A metodologia desenvolvida pelo Programa Mulheres Mil, deu origem ao Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. O guia buscou criar mecanismos para a promoção da inclusão de pessoas que estão tradicionalmente afastadas dos processos de geração de conhecimentos gerados nos Institutos Federais.

O “Mulheres Mil” funciona como uma ferramenta de inclusão, buscando proporcionar um acesso inclusivo e afirmativo das mulheres que serão atendidas pelo programa. Nesse momento, a instituição que aderir ao programa, através de uma equipe multidisciplinar, estabelece um diálogo com a comunidade a fim de identificar suas demandas e necessidades e viabilizar o ingresso da população alvo ao processo de educação profissional.

O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS DE URUTAÍ

Além de Urutaí, o Instituto Federal Goiano possui mais 11 campus pelo interior do estado de Goiás e se destaca por ser “[...] a única Instituição de ensino superior de Goiás e o primeiro Instituto Federal do país avaliado com conceito máximo (cinco) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC).”

Em 2011 e 2012, o Programa Mulheres Mil estava presente em cinco campus do Instituto Federal Goiano (Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí), os cursos ofertados eram nas áreas de Alimentos, Saúde e Confeção.

De acordo com informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, a prefeitura local e as prefeituras dos municípios vizinhos (Ipameri, Goiandira e Orizona), sempre apoiaram as ofertas de cursos. No período de 2012 a 2014, foram ofertados oito cursos diferentes, distribuídos em 16 turmas, com um total de 424 inscritas e 366 concluintes.

Curso	Número de Inscritas	Número de Concluintes	Demandante
Frutíferas e Nativas do Cerrado: produção de mudas, conservação e processamento	30	30	Urutaí
Curso Básico de processamento de frutas e hortaliças	35	35	Urutaí
Processamento e boas práticas de alimentos- laticínios e carnes	35	35	Urutaí
Produtor de embutidos e defumados	50	50	Urutaí
Produtor de frutas e hortaliças processadas pelo calor	50	50	Urutaí
Confeiteiro	20	15	Prefeitura de Urutaí
Maquiador	20	19	Prefeitura de Urutaí
Maquiador	23	17	Prefeitura de Goiandira
Preparador de doces e conservas	18	15	Prefeitura de Goiandira
Confeiteiro	20	16	Prefeitura de Ipameri
Maquiador	17	9	Prefeitura de Ipameri
Preparador de doces e conservas	22	14	Prefeitura de Ipameri
Produtor de embutidos e defumados	22	12	Prefeitura de Ipameri
Confeiteiro	20	16	Prefeitura de Orizona
Maquiador	21	17	Prefeitura de Orizona
Preparador de doces e conservas	21	16	Prefeitura de Orizona

Quadro 1. Cursos, número de inscritas e concluintes e os demandantes de cursos oferecidos entre 2012 e 2014.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Mesmo com o processo de extensão do *Programa Mulheres Mil*, em 2014, devido à falta de orçamento, as atividades do programa foram encerradas em algumas localidades, incluindo Urutaí. De acordo com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, o que justificou esse corte foi “a mudança de foco nas políticas governamentais” e o impacto disso foi que: “com o corte de verbas os programas sociais voltados para público de maior vulnerabilidade não foram atendidos, provisoriamente.”

Até então, o repasse de verbas para o programa era feito via Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que é “responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros.”

Somente em 2017, através de recursos próprios e ainda contando com o apoio das prefeituras locais, o Instituto Federal Goiano conseguiu retomar com o Mulheres Mil.

Nesse mesmo ano, além de Urutaí com o curso de produção de salgados, as atividades do programa voltaram a ser oferecidas em Ceres, Iporá, Rio Verde, Hidrolândia e Posse.

Entre 2017 e 2019, foram ofertados cinco cursos, nos quais, dentre 171 matrículas, houve 162 concluintes, sendo um homem, pois com base numa demanda específica o curso de Sabores e saberes do Cerrado também foi ofertado ao público LGBTQIA+, que assim como mulheres, também é um grupo socialmente minoritário.

Curso	Número de Inscritas	Número de Concluintes	Demandante
Salgadeiro	37	37	Prefeitura de Urutaí
Cuidador de idosos	34	28	Prefeitura de Urutaí
Manicure e pedicure	35	35	Prefeitura de Urutaí
Maquiagem	35	34	Prefeitura de Urutaí
Sabores e saberes do Cerrado	30	28	Urutaí

Quadro 2. Cursos, número de inscritas e concluintes e os demandantes de cursos oferecidos entre 2017 e 2019.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações levantadas com o Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

RESULTADOS DA PESQUISA

A análise dos questionários permite identificar o perfil das mulheres egressas do programa que responderam à pesquisa, bem como, delinear as contribuições proporcionadas pelo Programa Mulheres Mil em relação ao trabalho, escolaridade, formação cidadã e qualidade de vida dessas pessoas.

A idade do público que respondeu a pesquisa variou entre os 20 e 58 anos, 42,3% têm entre 20 e 29 anos; 15,4% têm entre 30 e 39 anos; de 40 a 49 anos e de 50 a 58 anos, representa 11,55% cada, os outros 19,2% não responderam. A maior parte, 90,9%, das mulheres com idade entre e 20 e 29 realizaram o curso de Maquiagem ou de Manicure e pedicure, as demais faixas etárias se distribuíram entre os outros cursos.

Quanto a cor, 50% se declararam pardas; 42,3 brancas e 7,7% pretas. Referente ao estado civil, 53,8% são solteiras; 34,6% são casadas; 7,7% são divorciadas e 3,8% viúvas. O número de mulheres sem filhos é de 46,2%; com até dois filhos é de 42,3% e de 3 a 6 filhos 11,5%. Sobre o grau de instrução, 3,8% têm o ensino fundamental incompleto. O mesmo percentual se repete com o fundamental completo e com a declaração de “outro grau de instrução”. 38,5% possuem o ensino médio completo; 30,8 % declararam ter ensino superior completo e 19,2% têm ensino superior incompleto. Aqui, percebe-se que o programa promove a integração de pessoas com diferentes níveis de educação, como é o esperado pelo Guia Metodológico, e não atende apenas pessoas que estão fora do processo tradicional de geração de conhecimento. 42,3% ainda estudavam quando

realizaram o curso do Programa Mulheres Mil, e, das 57,7% que não estudavam, 33,3% voltaram a estudar após a realização do curso.

O curso de Maquiagem é o que mais tem egressas com grau de instrução maior (ensino superior incompleto ou completo), enquanto o curso de Cuidador de idosos é o único que não possui ninguém nesses graus. Já os cursos de qualificação profissional de Salgadeiro e o de Manicure e pedicure, é composto por participantes com ensino médio completo para baixo.

Realizando um recorte de cor, percebemos que as pessoas com o menor grau de instrução (ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo) são as que se declaram pretas (100%). A maioria das pardas (61,5%) possuem ensino médio completo, 23,1% possuem ensino superior incompleto e as outras 15,4% têm ensino superior completo.

A maior parte das pessoas que se declararam brancas (54,55%), são as que possuem o maior nível de escolaridade (ensino superior completo), 18,2% possuem ensino médio completo e ensino superior incompleto, respectivamente. E 9,05% possui outro grau de instrução. Com isso, percebemos as diferenças e desigualdades existentes entre as próprias mulheres, apontadas anteriormente.

O percentual de egressas que trabalhavam antes de realizarem o curso é de 50%, no pós-curso, momento de aplicação do questionário, esse número passou para 53,8%, no qual, apenas 14,3% trabalham na área do curso realizado. Entre as egressas que se encontram trabalhando, 64,3% possuem a carteira assinada, enquanto que 35,7%, não têm carteira assinada.

Foi questionado se obter um certificado de qualificação profissional contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho, 30,8% responderam que não, 11,5% acham que contribuiu indiretamente e 57,7% acham que contribuiu diretamente.

Porém, nota-se que não houve um aumento significativo no número de egressas empregadas, o que nos leva a pensar que o programa não vem contribuindo efetivamente para o ingresso das mulheres atendidas no mundo do trabalho. Contudo, isso pode ser um reflexo do contexto atual brasileiro, em que a taxa de desemprego tem chegado a níveis recordes e no qual a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é a menor nas últimas décadas, problemas que já existiam, mas, que foram agravados pela pandemia. Cenário em que ter um certificado de qualificação profissional não é o suficiente para superar o desemprego ou para se manter trabalhando diante de novas dificuldades, como por exemplo, o fechamento de escolas e creches, aumentando assim a carga de trabalho doméstico e de cuidado desempenhado por mulheres.

Vale destacar que 46,2% das participantes da pesquisa acham que obter um certificado de qualificação profissional contribuiu diretamente para a melhoria da renda familiar, para 15,4% essa contribuição aconteceu indiretamente e 38,5% não acham que a obtenção de um certificado de qualificação profissional tenha contribuído para a melhoria

da renda.

Em relação a contribuição para a independência financeira das egressas, 38,5% acham que a obtenção do certificado contribuiu diretamente para isso; 26,9% acham que contribuiu indiretamente e 34,6% acham que não houve contribuição.

Observando esses dados, vemos que diretamente ou indiretamente o Programa Mulheres Mil contribuiu para a melhoria da renda familiar e autonomia econômica de maior parte das mulheres que responderam à pesquisa. Além disso, foi perguntado se ter um certificado de qualificação profissional faz com que elas se sintam mais capacitadas para o mercado de trabalho. Neste caso, 65,4% responderam “sim, muito”, e 34,6%, responderam “um pouco”.

Dessa forma, percebe-se que a realização do curso de alguma forma contribuiu para que todas elas se sintam mais preparadas para o mundo do trabalho, o que é um dos objetivos propostos pelo programa.

Foi possível observar também que houve um aumento na participação dessas mulheres na renda familiar. Antes do curso, 50% não participavam da renda familiar, 34,6% eram responsáveis parcialmente da renda familiar e 15,4% eram as únicas responsáveis. Atualmente, 34,6% não participam da renda familiar, 42,3% são parcialmente responsáveis e 23,1% são as únicas responsáveis pela renda familiar.

Diante destas observações, mesmo que o Programa Mulheres Mil não tenha alcançado êxito em todos os seus objetivos propostos, ainda assim, ele tem mérito em fomentar a igualdade de gênero através da elevação da autoestima, do empoderamento e do reconhecimento de direitos. Nesta perspectiva, a educação profissional age como um elemento de promoção da cidadania e da vida social, proporcionando uma compreensão da realidade em que vivemos, nos despertando para a busca de uma sociedade mais igualitária. Além disso, gerando uma melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no programa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Programa Nacional de Políticas Para as Mulheres**. Brasília. 2008.

_____. Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jul. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Políticas públicas para as mulheres**. 2013.

_____. Cartilha Pronatec- **Brasil sem Miséria- Mulheres Mil**. Brasília. 2014.

CASTRO, M. G. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, Vol. 1, 2001.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feminista**, Florianópolis, Vol. 12, n. 1, Abril de 2004.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEREDICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da educação profissional e tecnológica**, Vol. 2, n. 2, 2009.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, Vol. 4, n. 2, 2º sem. 1996.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Katálysis**, Florianópolis, Vol. 8, n. 1, jan./ jun. 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Edição Câmara, 2019.

MEDEIROS, T. K. F.; CHAVES, M. C. Representatividade feminina na política brasileira: a evolução dos direitos femininos. **Caderno de Graduação Humanas e Sociais: UNIT**, Vol. 3, n. 2, dez. 2017.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu/MG, 2004.

PEREIRA, A. C. F.; FAVORO, N. A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições de acesso e permanência. In: **IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, 2017.

RIBEIRO, L. E. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia**. Dissertação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília, 2013. 155 p.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

CAPÍTULO 3

MULHERES INDÍGENAS E FEMINISMOS – UM ENCONTRO PARA DESCOLONIZAR CONCEITOS A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 10/05/2022

Luciana Nogueira Nóbrega

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza-Ceará

<http://lattes.cnpq.br/3376524893047351>

RESUMO: Esse ensaio aborda, a partir da trajetória pessoal da autora junto aos povos indígenas, a potência do encontro entre o movimento de mulheres indígenas e os debates feministas, apontando os limites de um feminismo branco e urbanocentrado em compreender e dialogar com as demandas das mulheres indígenas. Se a luta das mulheres indígenas complexifica os feminismos, possibilitando descolonizar conceitos, ao mesmo tempo é afetada pela luta das mulheres não indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres indígenas, feminismos, descolonização.

INDIGENOUS WOMEN AND FEMINISMS – A CONVERGENCE FROM THE BRAZILIAN INDIGENOUS WOMEN’S MOVEMENT TOWARDS THE DECOLONIZATION OF CONCEPTS

ABSTRACT: This essay addresses – considering the author’s personal trajectory alongside indigenous peoples – the power of the encounter between the indigenous women’s movement and feminist debates, pointing out the limitations of a

white-urbancentric feminism to comprehend and dialogue with the demands of indigenous women. The indigenous women’s struggle complexifies feminisms, allowing the decolonization of concepts, while being influenced by non indigenous women’s struggle.

KEYWORDS: Indigenous women, feminisms, decolonization.

Início esse ensaio contando uma historinha bem breve, sobre a minha bisavó, minha avó e minha mãe. Minha bisavó não sabia ler nem escrever e faleceu sem ter tido a oportunidade de frequentar a escola. A prioridade era de que os irmãos dela fossem às aulas, enquanto as meninas deveriam aprender outros ofícios, todos ligados às tarefas do cuidado (dos filhos, dos idosos e dos doentes). Minha bisavó não votava. Minha avó já conseguiu frequentar a escola primária, fazia contas e escrevia pequenos textos, sendo uma ferrenha defensora de ideias de esquerda. Mas não pode ir à faculdade, seu grande sonho. Teve, muito cedo, que cuidar dos 12 filhos e do marido. Minha mãe já conseguiu se formar. Votou em todas as eleições depois que fez 18 anos, mas os homens sempre foram os majoritariamente eleitos em cargos políticos como deputados, senadores, vereadores, prefeitos, presidente... Eu frequentei a escola, fiz graduação, mestrado e estou no doutorado e comecei a ver um paulatino aumento das mulheres nos espaços

formais de poder. Até o golpe de 2016.

Conto essa historinha para dizer porque, ao me perceber uma mulher, me tornei uma feminista. Nossos direitos, mesmo os mais básicos, de estudar, de votar, de termos ou não filhos, de nos divorciarmos, de denunciarmos nossos agressores, de termos autonomia financeira, não foram, nenhum deles, dados. Mas arduamente conquistados, sendo atacados em todo momento. Basta ocorrer a primeira crise. Foi em memória dessas mulheres que me antecederam e de tantas outras mulheres que me tornei feminista ao perceber que ser uma mulher não me colocava naturalmente no espaço da casa e do cuidado, que eu e todas as outras mulheres podíamos mais, se assim quiséssemos. Foi para liberar meu corpo do lugar da delicadeza e do não ser dona de mim. O feminismo é uma teoria e uma prática política e social que questiona o lugar de poder dos homens em nossas sociedades e a naturalização de padrões, de papéis, de saberes fundados em marcadores sociais de gênero e de sexualidade. Logo, o feminismo também é libertador para os homens. Quem disse que homens não podem cuidar? Ou sentir? Ou chorar? Ou se relacionar com quem quiserem se relacionar?

Mais ou menos no mesmo período em que me descobri feminista, aproximei-me da luta dos povos indígenas no Ceará. Era final de 2006 e embora tivéssemos uma mulher pioneira como cacique de um povo indígena no Ceará desde a década de 90 – a Cacique Pequena, do povo Jenipapo-Kanindé -, ficava inculcada em perceber a pouca participação das mulheres indígenas nos espaços de poder e na articulação entre os povos indígenas e o Estado. Isso me incomodava, porque eu era uma mulher, mas frequentemente dialogava com lideranças masculinas.

No entanto, eram as mulheres indígenas que tomavam a frente em muitas retomadas de terra empreendidas pelos diferentes povos indígenas. Eram elas que iam colher o milho, o feijão e a mandioca, alimentos que revigoravam a luta. Eram elas que cozinhavam em todos os eventos do movimento indígena de que participei. Eram elas que faziam costuras e buscavam consensos de bastidores entre as lideranças. Eram elas que organizavam espaços, festas, reuniões, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e da unidade na luta indígena. Eram elas que eram lembradas nas muitas histórias comuns que ouvi dos povos indígenas no Ceará: “minha avó foi pegue a dente de cachorro na mata, foi levada para a casa grande e amansada”. Mas não eram elas que apareciam como presidentes das associações, como interlocutoras importantes do movimento no trato com os não indígenas.

Foi com esse questionamento em mente que facilitei algumas oficinas junto aos povos Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, organizadas pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza¹ em 2007, e com homens e mulheres indígenas em 2008.

¹ O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza foi fundado em 1982 por iniciativa do então Arcebispo de Fortaleza Dom Aloísio Lorscheider. Nesses mais de 30 anos tem sido uma importante aliada da luta dos povos indígenas no Ceará.

Esse interesse em dialogar sobre gênero junto aos povos indígenas já vinha sendo gestado pelas mulheres indígenas desde a década de 1980, impulsionando a criação de organizações específicas. De acordo com Ricardo Verdum, isso é resultado da intensa participação de mulheres indígenas, a partir da década de 1980, em reuniões políticas tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Os espaços políticos dos quais elas participavam enriqueciam-se com a defesa de pautas comuns ao movimento indígena, especialmente as territoriais, aliadas às pautas por elas colocadas, tais como a saúde reprodutiva das mulheres, a violência familiar e interétnica, a soberania alimentar e a participação nas decisões políticas (VERDUM, 2008).

O resultado desse processo foi, como afirma Angela Sacchi (2003, p. 95), que

A partir da década de 1990, as mulheres indígenas começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Esses movimentos ao mesmo tempo em que reivindicam direitos próprios de seu gênero, também fortalecem antigas lutas de seus povos, o que faz com que negociem com diferentes atores no contexto inter-étnico.

Nesse contexto, foram criadas a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e os Departamentos de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/ FOIRN) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB), entre outras (SACCHI, 2003), pioneiras no processo de organização política das mulheres indígenas.

Em 1995, durante o I Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, realizado em Brasília, com a participação de 50 mulheres de 28 povos indígenas diferentes, foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas – Conami. De acordo com obra publicada pelo Conselho, em 2006, o Conami nasce da “conscientização da própria mulher indígena brasileira, com autonomia dentro de uma diversidade étnica, mas carregada de propósitos para o fortalecimento dos direitos indígenas culturais, sagrados e políticos” (2006, p. 7). Sendo uma organização, como as mulheres indígenas reafirmam, autônoma, sem vinculação a outra instituição pública ou privada, o Conami foi criado no contexto da articulação nacional dos povos indígenas no Brasil a partir da década de 80:

Juntamente com os primeiros movimentos indígenas como a União das Nações Indígenas – UNIND, formada por estudantes indígenas em Brasília e depois participando de reuniões importantes e assembleias, as mulheres foram se encontrando, se conhecendo, trocando idéias e a partir disso, nascendo a necessidade de uma organização, **mas que tivesse uma identidade legítima, diferente do movimento feminista mundial** (CONAMI, 2006, p. 7). Destaques meus.

Em junho de 2002, foi realizado o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira com financiamento da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad). Nesse encontro, foi criado o Departamento de Mulheres

Indígenas do Brasil, integrante da COIAB, que tinha como objetivos defender os direitos das mulheres indígenas dentro do movimento indígena e organizá-lo em forma de demanda para políticas públicas específicas para mulheres (SACCHI, 2003).

Esse Departamento de Mulheres, com apoio de diferentes organizações não governamentais, realizou, em abril de 2006, um encontro de mulheres indígenas de abrangência nacional, realizado em Brasília. Um ano antes, o Comitê Inter-Tribal de Mulheres Indígenas (COIMI), que tinha sido criado em 2000 em Alagoas, realizou uma oficina no Ceará, com os povos Pitaguary, Jenipapo Kanindé e Tremembé para dialogar sobre gênero e povos indígenas. Destacamos que, desde 2002, já havia uma associação de mulheres indígenas no Ceará, a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK), criada sob a liderança da Cacique Pequena (GOMES; AIRES, 2018).

Em 2007, durante o I Encontro de Mulheres Indígenas do Ceará, realizado na Terra Indígena Pitaguary, nasceu a Articulação de Mulheres Indígenas no Ceará – Amice. A criação da Amice foi motivada pela necessidade de valorizar a participação das mulheres indígenas no movimento indígena e discutir suas pautas específicas. Conforme ressaltado em Relatório elaborado no âmbito do Projeto Urucum: Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos Indígenas no Ceará (ADELCO, 2019), a luta das mulheres indígenas e a sua inserção nos espaços de afirmação étnica e de disputa política remontam ao início da organização dos povos indígenas do Ceará, sendo que várias mulheres indígenas já se destacavam no movimento antes mesmo da constituição da Amice.

Tanto experiências anteriores de intercâmbio com outras mulheres indígenas no Nordeste como a influência do Departamento de mulheres Indígenas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – Apoinme foi essencial para que a Amice se consolidasse e ampliasse sua atuação para além do estado do Ceará. Nesse sentido, uma das lideranças Pitaguary, integrante da Amice, passou a atuar como multiplicadora no Projeto Voz das Mulheres, desenvolvido pela ONU Mulher.

Durante o XII Acampamento Terra Livre, ocorrido em 2016, em Brasília, foram apresentados os resultados do diagnóstico elaborado pelas mulheres indígenas brasileiras no âmbito do Projeto Voz das Mulheres, abordando uma ampla diversidade de questões, distribuídas nos seguintes eixos: 1) violação dos direitos das mulheres indígenas – incluindo, mas não se limitando, ao enfrentamento à violência contra a mulher; 2) empoderamento político e participação política das mulheres indígenas; 3) direito à saúde, educação e segurança; 4) empoderamento econômico; 5) direito à terra e processos de retomada; 6) conhecimentos tradicionais e diálogo intergeracional (Projeto “A Voz das Mulheres Indígenas”).

Mas é preciso reforçar que os marcos acima referidos de criação da institucionalidade do movimento de mulheres indígenas no Brasil e no Ceará não representam o início do protagonismo delas no contexto do movimento indígena. Na verdade, como disse Ceíça Pitaguary:

o movimento de mulheres indígenas não é novo, pois sempre existiram mulheres que conduziram seus povos sem ter a preocupação de que existisse um movimento específico. [...] O que se tem hoje é fruto da caminhada e da luta dessas bravas guerreiras.²

De Cacique Pequena, Jenipapo-Kanindé, a Maninha Xukuru-Kariri. De Pajé Raimunda Tapeba, a Dona Mazé Tabajara, Dona Helena Potiguara, Rosa e Ana Clécia Pitaguary. De Maria Venância Tremembé a Adriana e Erbene Tremembé. E tantas outras mulheres importantes para impulsionar a luta de mulheres e homens indígenas. Esse movimento foi crescendo com mulheres ocupando espaços importantes de direção de organizações indígenas, como a presidência da Associação das Comunidades Indígenas Tapeba, ocupada de 2016 a 2020 por Kílvia Tapeba, e da Federação dos Povos e Organizações Indígenas no Ceará, ocupada, até 2021, por Ceíça Pitaguary; dentre outros espaços de articulação política do movimento indígena.

O movimento de mulheres indígenas no Ceará gerou, portanto, inúmeros frutos em termos de organização política das mulheres e de visibilidade de suas lutas. De acordo com Gomes e Maranhão (2018), havia, no ano de 2018, os seguintes grupos de mulheres indígenas no Ceará devidamente constituídos, incluindo aquelas organizações sem CNPJ: Conselho de Mulheres Potyगतapuia, Grupo de Mulheres Potyгуara na Revitalização da Cultura local, Grupo de Mulheres da Viração, Grupo de Mulheres Tapuya Kariri, Grupo de Mulheres Potyгуara da Lagoinha, Grupo de mulheres Tabajara de Quiterianópolis (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça – AMITK (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro, Grupo de Mulheres Pitaguary, Grupo de espiritualidade feminina Pitaguary, Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba – AMITA, Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé AMIJK, Grupo de Mulheres Tremembé Cunha Porã.

Em 2019, ocorreu a primeira Marcha das Mulheres Indígenas no Brasil. Aliadas às trabalhadoras rurais, que marcham anualmente em agosto na Marcha das Margaridas, mulheres indígenas de todo o país saíram em marcha, em Brasília, para chamar a atenção para questões de gênero de seus povos. A aliança com mulheres camponesas não nos parece ter sido aleatória.

A Marcha das Mulheres Indígenas foi articulada como um ápice de um processo iniciado em 2015 e tinha como objetivo demonstrar as especificidades do movimento de mulheres indígenas. Desse modo, 2.500 mulheres de mais de 130 diferentes povos indígenas, de todas as regiões do Brasil, disseram ao mundo que estavam em permanente processo de luta em defesa do “Território: nosso corpo, nosso espírito”, lema da mobilização política das mulheres indígenas.

No documento final da Marcha, as mulheres indígenas afirmaram ser “lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, que lutam contra as questões e as violações

² Departamento de Mulheres da Apoinme. Disponível em <https://www.apoinme.org/departamento-de-mulheres>. Acesso em 20 de abril de 2021.

que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios”. Por meio de trabalhos fundamentados na política do cotidiano, de difusão das sementes, dos rituais, do uso da língua, as mulheres indígenas se definiram como guardiãs da existência, a partir da cosmovisão que orienta os diferentes povos:

Nosso dever como mulheres indígenas e como lideranças, é fortalecer e valorizar nosso conhecimento tradicional, garantir os nossos saberes, ancestralidades e cultura, conhecendo e defendendo nosso direito, honrando a memória das que vieram antes de nós. É saber lutar da nossa forma para potencializar a prática de nossa espiritualidade, e afastar tudo o que atenta contra as nossas existências. (Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas, 2019).

Durante a Marcha das Mulheres Indígenas, as mulheres reafirmaram a luta pelo território, que é relacionado à mãe, à maternidade, ao potencial gerador da vida e não da morte e de uma reverência a uma ancestralidade partilhada:

Somos responsáveis pela fecundação e pela manutenção de nosso solo sagrado. Seremos sempre guerreiras em defesa da existência de nossos povos e da Mãe Terra. Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência.

[...]

A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura.

Na Marcha das Mulheres Indígenas realizada em 2019, os homens indígenas também foram chamados a participar, como também foram chamados nas oficinas em que facilitei em 2007 e 2008 junto a diferentes povos indígenas no Ceará. A luta das mulheres indígenas é também uma luta pelo comprometimento dos homens pelo fim da violência e do machismo. Nesse sentido, defendem as mulheres indígenas:

O movimento produzido por nossa dança de luta considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. (Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas, 2019).

A I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas possibilitou a criação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), que, em estreito

diálogo com a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil – Apib, realizou em setembro de 2021 a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, com o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”. Apesar de todas as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, mulheres de mais de 150 povos indígenas estiveram reunidas em Brasília para lutar pelos seus territórios e, ainda, realizar um chamado à humanidade, “na tentativa de proporcionar a todos os povos do mundo uma nova forma possível de nos relacionarmos com a Mãe Terra” (ANMIGA, 2021).

O movimento de mulheres indígenas no Brasil se articula em um contexto, mais amplo, com os múltiplos e variados movimentos de mulheres indígenas na América Latina, que pensam a realidade das mulheres inseridas em seus povos, no contexto da despatriarcalização articulada com a descolonização, passando a propor outras formas de luta a partir do feminismo camponês e popular e do feminismo comunitário (BARBOSA, 2019).

Lorena Cabnal, feminista comunitária, indígena maya-xinka da Guatemala, traz o conceito de “entroncamento patriarcal”, ao entender que, mesmo nas sociedades indígenas originárias, havia patriarcado, o que se refuncionalizou com o encontro com o patriarcado ocidental. Nas palavras da autora:

Com isso afirmamos que o patriarcado originário ancestral se refuncionaliza, com toda a penetração do patriarcado ocidental, e nessa conjuntura histórica se contextualizam, e vão configurando manifestações e expressões próprias que são uma cunha para que se manifeste o nascimento da perversidade do racismo, logo o capitalismo, neoliberalismo, globalização e mais. Com isso afirmo também que existiram condições prévias em nossas culturas originárias para que esse patriarcado ocidental se fortalecesse e arremettesse (CABNAL, 2010, p. 15).

Essa fala é também de Ro’Otsitsina Xavante (2019), uma das lideranças do movimento de mulheres indígenas no Brasil:

Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência é mentira. Sim, existe, só que às vezes é uma violência velada. Às vezes camuflada pela própria mulher, às vezes pela família, ou pela liderança. Alguns povos ou algumas organizações de mulheres indígenas conseguem debater com mais consciência. Mas tem povos onde esse assunto é visto como tabu. Uma vez eu escutei uma fala de Elisa Pankararu, uma parente de Pernambuco, e ela falou “violência não foi deixada pelos meus ancestrais. Violência não é uma herança. Isso não pode ser visto como algo normal”. Se isso acontece, a mulher precisa reagir, a família precisa reagir e aquela comunidade também precisa reagir.

Observando a articulação das mulheres indígenas no Brasil e no Ceará, especificamente, é importante voltarmos a uma questão que foi apresentada pelo Conselho Nacional de Mulheres Indígenas quando diferenciou o movimento das mulheres indígenas com o “movimento feminista mundial”.

Cito aqui uma análise bastante recorrente nos estudos feministas: a catalogação

e a organização dos movimentos feministas a partir de grandes ondas, sejam elas focadas na discussão do direito ao voto e à educação formal; na crítica à organização do Estado e no debate de que o pessoal também é político, com formulações de teorias sobre gênero. Nesses estudos, os trabalhos domésticos e de reprodução da vida, aliados a uma economia do cuidado, são compreendidos como reflexos da opressão das mulheres nas sociedades patriarcais, havendo, portanto, um direcionamento da luta das mulheres no sentido de ocupar os espaços públicos, antes restritos aos homens. O trabalho de Nancy Fraser (2019) discute bem essas ondas e introduz críticas sobre elas a partir da compreensão de que a segunda onda feminista, ao priorizar os debates culturais, teria, ainda que involuntariamente, dado forças ao capitalismo neoliberal.

Sem desconsiderar a importância dessas análises, quero aqui dialogar sobre os limites desses feminismos no debate trazido pelas mulheres indígenas, pondo em destaque como a primeira e a segunda onda feministas e muitos movimentos na atualidade se colocaram e se colocam a partir de uma perspectiva urbanocentrada, invisibilizando a experiência concreta de opressão a partir de corpos de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, etc.

As mulheres indígenas brasileiras estão apontando para uma forma diferente de fazer a luta que pode gerar certa incompreensão em relação aos movimentos feministas não pautados pelo debate do território e da descolonização. A luta pela terra, tão central para o movimento de mulheres indígenas, não tinha espaço nesse feminismo branco, muitas vezes centrado na cidade e em visões mais individualistas de emancipação.

As mulheres indígenas trazem como questão para os feminismos a impossibilidade de serem emancipadas, libertadas da opressão do patriarcado, do machismo e do racismo, se não se pensa nos territórios e nas suas relações com os homens indígenas, que também estão submetidos a opressões coloniais. Como ressaltam Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2003), o fim da colonização enquanto relação política entre diferentes nações não implicou no fim da colonialidade do saber, do poder e do ser, as quais continuam a orientar as hierarquias presentes nessas antigas colônias, formalmente independentes, como é o caso do Brasil, que inferioriza e subalterniza pessoas, conhecimentos e formas e viver a partir de critérios étnico-raciais. Desse modo, é preciso pensar em um feminismo que seja útil para a luta dos povos indígenas.

Nesse contexto, se o pessoal também é político, máxima do movimento feminista, a cozinha também é política; a roça também é política; as práticas de cura também são políticas e todas essas políticas que garantem os diferentes modos de viver dos povos indígenas são, eminentemente, desempenhadas por mulheres indígenas. É o que nos ensina Elisa Urbano Ramos (2020), liderança indígena Pankararu do Nordeste brasileiro e integrante da Apoinme:

Eu cresci criança aqui no território pankararu, que possui longa história de mulheres na liderança. [...] Eu tive uma infância convivendo com figuras

emblemáticas, porque eram mulheres da tradição, parteiras, rezadeiras, profissionais da educação e da saúde, caciques, pajés. Mulheres que lideravam no sentido de serem ouvidas, de terem uma voz, não apenas no território pankararu, mas especialmente quando passei a exercer a profissão de professora e a conviver com outros povos.

Do ponto de vista da cosmovisão indígena, as mulheres são também detentoras e guardiãs dos saberes tradicionais, da medicina, da relação com os seres sagrados. Isso é o que me faz afirmar a equidade de gênero a partir desse saber sagrado.

[...]

A cozinha, por exemplo, é um espaço político muito forte, que, ao contrário da sociedade não-indígena, em que a cozinha é um espaço de subalternidade, para os povos indígenas, a cozinha é um espaço de fortalecimento, de aprendizado, e que é importante.

Célia Xakriabá, analisando a importância do papel das mulheres indígenas nos desafios que os povos indígenas no Brasil enfrentam, reconheceu como fundamental o trabalho das mulheres de fazer roça, alimentar os filhos e ensinar práticas a crianças e jovens, enquanto seus maridos iam à Brasília buscar a resolução da demarcação do território Xakriabá: “[...] pois a roça que plantavam e o pilão que pisava o milho para ‘dar de cumê’ aos seus filhos, não era apenas uma comida que enchia a barriga; esse pilão também representava um pilar que segurava e sustentava a cultura” (2019, p. 11).

No contexto da complementariedade entre homens e mulheres defendidas pelos povos indígenas, há uma intenção de valorizar os trabalhos desempenhados pelas mulheres, a partir de sua importância-chave para a luta pelos territórios e pela resistência de suas formas de viver. Esse é um ponto de bastante fricção entre os movimentos feministas *mainstream*, frequentemente euro-americanocentrados, e o movimento das mulheres indígenas no Brasil e na América Latina. Voltando a Elisa Pankararu (2020):

Eu sou uma mulher indígena e me considero feminista, apesar da expressão feminismo indígena ser carregada de contestações. [...] A palavra feminismo ela se transforma em apenas um vocábulo, quando vai se estendendo nas várias especificidades dos povos, como no feminismo negro, comunitário, e a gente para de se remeter ao feminismo branco, europeu.

Nesse sentido, é possível afirmar que não há uma única forma de lutar contra o patriarcado, aquela que vem das mulheres brancas e urbanas. O feminismo indígena – que, muitas vezes, não é categorizado pelas mulheres indígenas dessa forma, já que o termo vem carregado que pré-compreensões – é um entre muitos caminhos possíveis de luta para deslocar o lugar das mulheres e homens nas sociedades indígenas e não indígenas.

Não estou dizendo com isso que não exista violência contra as mulheres indígenas nos territórios indígenas e praticadas por homens indígenas. Há. Assim como há violências contra as mulheres indígenas praticadas por homens não indígenas, porque os corpos das mulheres, no patriarcado, parecem que estão sempre a serviço dos homens e não delas

mesmas. Não é esse o sentido da história da minha avó pegue a dente de cachorro? O estupro naturalizado das mulheres indígenas?

O que dizer dos corpos das mulheres que são violentados com agrotóxicos, que contaminam o solo, a vegetação, o leite materno, passa pela estrutura placentária contaminando seus ventres e os *encantados*? O que dizer dos corpos das mulheres indígenas que, assim como os territórios, são violentados por grandes projetos de desenvolvimento que, em sua grande maioria, implicam em aumento de exploração sexual e de prostituição? O que dizer do corpo-território das mulheres indígenas violentados por não ter espaço para cuidar de seus filhos, de produzir suas roças e em seus quintais porque não há espaço em suas aldeias – a situação de absoluto confinamento vivenciada pelos povos indígenas no Nordeste e Mato Grosso do Sul?

É, portanto, sob o corpo das mulheres indígenas que múltiplas violências se somam e se potencializam. O recente estupro de uma menina Yanomami, de 12 anos, por garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, conforme amplamente denunciado na mídia brasileira³, oferece a tônica de que o estupro contra as mulheres e meninas indígenas não é algo do passado. Ele continua sendo uma arma de guerra na conquista dos territórios indígenas.

Nesse contexto, citamos o trabalho de María Lugones (2019), uma feminista argentina. Para ela, a dicotomia central da modernidade colonial capitalista é a hierarquia entre seres humanos e não humanos, sendo que para as sociedades ocidentais, aos seres humanos competiria um papel de controle e subjugação de todo o universo não humano. Daí o controle da natureza e dos bens comuns. Para povos indígenas, essa hierarquia inexistente; compartilha-se o território, o ar, a água com todas as existências. Mas, enquanto povos colonizados, foram inseridos na categoria dos não humanos dentro dessa hierarquia dicotômica. A suposta deficiência do ponto de vista da civilização justificava as crueldades implementadas pelo projeto colonial junto a esses povos não europeus (LUGONES, 2019):

A missão civilizatória colonial foi a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle da reprodução e um horror sistemático [...] transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores (LUGONES, 2019, p. 360).

Voltando aqui às referências de origem dos povos indígenas no Ceará: “Minha avó pegue a dente de cachorro...” Gente é pegue a dente de cachorro ou só coisa ou animal? “Ela foi amansada e colocada para dentro de casa...” Mas o que acontecia com essa mulher indígena dentro dessa casa? Que trabalhos ela teve que suportar? Que violências motivadas pela separação do seu território, do seu grupo, do seu povo, essa mulher teve

3 Nesse sentido, ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/comitiva-faz-diligencias-para-investigar-morte-de-menina-yanomami>; <https://amazoniareal.com.br/junior-hekurari-que-denunciou-morte-de-menina-yanomami-sofre-ameacas-de-garimpeiros/>; <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-silenciam-indigenas/>; <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lamenta-morte-de-criancas-yanomamis-e-pede-pela-continuacao-das-investigacoes>.

que suportar?

Refletir sobre essas questões é central para repensar os feminismos a partir das lutas de mulheres concretas, com subjetividade e intersubjetividade encarnada, pois como afirma Lugones (2019, p. 363), “descolonizar gêneros é necessariamente uma práxis”.

Nesse sentido, a luta das mulheres indígenas deve ser pensada a partir das próprias indígenas, das suas histórias e das suas ancestrais, quebrando a compreensão de um único conceito de mulher. Não há mulher, há mulheres, com suas histórias, processos, memórias e lutas. O movimento das mulheres indígenas traz para dentro do debate feminista a descolonização como centro da reflexão crítica. Como pensar a luta das mulheres, sem pensar nos territórios? Embora sejamos todas mulheres, a opressão patriarcal se expressa de modo diferente a partir das experiências concretas que vivemos e sentimos através dos nossos corpos. O movimento das mulheres indígenas traz, inclusive, a possibilidade de nomear, de modos diferentes, as suas lutas enquanto mulheres, não necessariamente categorizando-as como feminismo ou feminismo indígena.

Com isso, não estou afirmando que a luta das mulheres ocidentais não é importante para a luta das mulheres indígenas. Lógico que poder estudar, votar, se casar ou não com quem quiser, não ser violentada nem sexual nem psicologicamente, o direito de ter sua autonomia, inclusive financeira, se for o caso, são direitos importantes para todas as mulheres, conquistados arduamente pela luta delas. Mas estou dizendo que há muitas outras coisas que são centrais para as mulheres indígenas que nem mesmo tangenciam a centralidade da epistemologia feminista ocidental. É o caso da luta pelo território, ou da valorização política dos trabalhos “domésticos” ou ainda a idéia de complementariedade entre mulheres e homens indígenas.

A luta das mulheres indígenas complexifica os feminismos ao mesmo tempo em que é afetada pela luta das mulheres não indígenas. Uma aliança entre mulheres é capaz de provocar uma descolonização nos feminismos, ao tempo em que provoca questionamentos nas formas de relação patriarcal que também se observam junto aos povos indígenas. O Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas de 2019 encerra afirmando o “compromisso de fortalecer as alianças com mulheres de todos os setores da sociedade no Brasil e no mundo, do campo e da cidade, da floresta e das águas, que também são atacadas em seus direitos e formas de existência”. É desse encontro de mulheres, com múltiplas e variadas experiências de vida, que espero surgirem caminhos para a descolonização e despatriarcalização de nossos corpos e de nossas mentes.

REFERÊNCIAS

I Marcha das Mulheres Indígenas – 2019. Documento Final. Disponível em <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em 20 de abril de 2021.

ADELCO. **Relatório final do Projeto Urucum: Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos Indígenas.** Fortaleza, 2019.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA). **2ª Marcha das Mulheres Indígenas - 2021.** Disponível em <https://anmiga.org/marcha-das-mulheres/>. Acesso em: 04 de mai. 2022.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina.** Revista Novos Rumos Sociológicos. V. 7, n. 11, jan/jul 2019.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR – Las Segovias. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario.** Guatemala, 2010.

Conselho Nacional de Mulheres Indígenas – Conami. **Natyseño** – trajetória, luta e conquistas das mulheres indígenas. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GOMES, Priscila Greyce do Amaral; AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky. **Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas.** In: Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

ONU MULHERES. **Projeto “Voz das Mulheres Indígenas”.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>. Acesso em 20 de abril de 2021.

PITAGUARY, Ceíça. Departamento de Mulheres da Apoinme. Disponível em: <https://www.apoinme.org/departamento-de-mulheres>. Acesso em 20 de abril de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En E. Lander. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Elisa Ubano. **Entrevista.** Disponível em: <https://papodegalo.com.br/entrevista-elisa-urbano-ramos/>. Acesso em 20 de abril de 2021.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista ANTROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2), 2003, p. 95-110.

VERDUM, Ricardo. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas.** In: _____ (Org.). Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas. Brasília: Inesc, 2008, p. 8-19.

XAKRIABÁ, Célia. Concepção de uma xakriabá sobre a autonomia indígena em meio a processos de tutelaagem. In: **Vukápanavo – Revista Terena**, v. 2, n. 2, 2019.

XAVANTE, Ro'Otsitsina. **“Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira”**. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/dizer-que-nos-mulheres-indigenas-nao-enfrentamos-violencia-de-genero-e-mentira/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

AFINAL, O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO?

Data de aceite: 04/07/2022

Marcela Rodrigues Santos

Mestranda em Educação (UEG)

Ezequiel Martins Ferreira

Mestre em Educação, Doutorando em
Performances Culturais (UFG)

RESUMO: Este texto busca compreender como os discursos em torno da “ideologia de gênero” cruzam no trabalho do professor. Entende-se que o campo da educação é um dos mais implicados nas disputas atuais em torno do tema, já que a escola é vista como um local passível da doutrinação imaginada pelos grupos conservadores que criaram o pânico moral em torno da, como eles chamam, “ideologia de gênero”. Desse ponto, o presente artigo propõe fazer um breve levantamento sócio-histórico de como vieram a ser expressadas as ideias em torno da “ideologia de gênero” para servir como material para o docente trabalhar em sala, não a doutrinação ou exaltação de uma ideologia ou outra, mas o protagonismo cidadão previsto nos documentos norteadores da educação.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia de gênero; discurso; professor.

ABSTRACT: This text understands how the discourses around “gender ideology” intersect in the teacher's work. It is understood that the field of education is one of the most involved in the current disputes around the subject, since the school is seen as a place subject to indoctrination

imagined by conservative groups that create moral panic around, as they call, “gender ideology”. From this point, the present article proposes to make a brief history of how to raise the ideas that are expressed around the “gender ideology” to serve as material for the teacher to work in the classroom, not the indoctrination or exaltation of one ideology or another. , but the citizen protagonism foreseen in the guiding documents of education.

KEYWORDS: Gender ideology; speech; teacher.

Na última década, o termo “ideologia de gênero” passou a se figurar, de modo cada vez mais frequente nos debates públicos no Brasil, atrelado comumente a discussões políticas e aos campos religioso e educacional. Atores políticos de alas conservadoras utilizaram e ainda utilizam erroneamente esse termo para se referir, de maneira hostil, à inserção de pautas relacionadas a gênero e sexualidade nos currículos escolares – ações estas interpretadas por esses atores como danosas às crianças e jovens e distante do que entendem como “valores da família tradicional brasileira”. Ademais, esses grupos defendem que educação sexual não deve ser tratada no ambiente escolar, pois cabe à família ensinar às crianças sobre essas questões.

No outro lado, pesquisadores do tema, e ativistas dos direitos humanos denunciam o uso do termo “ideologia de gênero” dentro de uma estratégia política que visa, sobretudo, barrar a

liberdade cidadã no que se refere aos direitos conquistados que incluem pessoas cuja identidade de gênero e opção da manifestação da sexualidade são notadamente diferentes da dita “tradicional”. Nesse viés, a concepção tradicional de uma “ideologia de gênero”, procura impedir o avanço de discussões relativas à educação sexual, à liberdade de expressão de identidade, assim como impedir o combate à intolerância quanto a LGBTfobia¹ nos ambientes sociais, como a escola.

Em pensar nessas disputas que se orquestram em torno da “ideologia de gênero”, surgem alguns questionamentos: de que modo tais disputas são travadas? Como o termo se consolidou e quais sentidos são produzidos a partir das disputas que ele mobiliza? Quais são os atores que encampam essas disputas e quais estratégias discursivas utilizam? Em que ambientes circulam esses discursos? A que outros discursos cristalizados no tecido social as atuais disputas sobre a “ideologia de gênero” remetem? Essas são algumas questões que orientam a produção deste artigo e que direcionam para um problema central que pode ser expresso na seguinte questão: considerando que as disputas em torno da “ideologia de gênero” se relacionam ao campo educacional, o que é possível no campo do conhecimento acadêmico apontar como uma definição de “ideologia de gênero”?

Faz-se importante nessa proposta, para compreender a noção de “ideologia de gênero”, recorre-se a teorias elaboradas nos campos da sociologia e da comunicação, para entender tanto como essa noção tem sido forjada historicamente quanto de que maneira esses discursos estão hoje em circulação nas mídias. Nesse sentido, na esteira do que propõem alguns autores (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; MISKOLCI; PEREIRA, 2018; BALIEIRO, 2018; CORRÊA, 2018; DIAS; MACHADO, 2022), compreende-se a “ideologia de gênero” como uma combinação de forças conservadoras e reacionárias que visam barrar políticas de direitos a populações dissidentes de gênero e sexualidade. Tal empreendimento, segundo esses autores, constitui uma cruzada moral contemporânea.

A “ideologia de gênero” tem sido um tema de pesquisa de diferentes áreas de estudo, sobretudo nos últimos anos, o que possivelmente converge com os avanços de políticos de extrema-direita ocupando cargos executivos no Brasil e na América Latina de maneira geral. Estudos como os mencionados anteriormente e que são referenciados neste artigo integram um rol de pesquisas que se dedicam a entender como tem se constituído essa cruzada moral contra a “ideologia de gênero”. Salienta-se que uma análise de caráter discursivo pode ajudar a entender outros aspectos dessa cruzada, sobretudo quando a perspectiva considera a forma como os discursos são historicamente construídos e situados. Por isso, justifica-se também a pesquisa deste trabalho nessa vertente. Embora seja um artigo ainda exploratório e inicial, acredita-se que ele possa contribuir para pensar nas estratégias de construção desse discurso e, mais especificamente para o campo da

¹ Utiliza-se o termo “LGBTfobia” para denominar à intolerância em relação a um conjunto de pessoas cujas existências divergem, em diferentes níveis, das normatividades sociais que estruturam de modo binário a sociedade. Essas pessoas estão comumente incluídas no movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, queer, interssexuais, assexuais e outros).

educação, refletir sobre como a figura do professor acaba sendo central nessa cruzada, embora seja colocada em um lugar de intensa disputa e sob constante vigilância.

Partindo da história, se o surgimento da noção de “ideologia de gênero” é aparentemente recente nos debates públicos contemporâneos, é possível afirmar que a sua emergência se deu há quase três décadas, no contexto de conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Mais precisamente, relaciona-se o surgimento de tal noção a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, ocorrida em 1995, na cidade de Pequim, China. Em documentos produzidos nesse evento, houve a substituição da palavra “mulher” por “gênero”, seguindo uma influência teórica feminista. Esse deslocamento deu início a uma reação mobilizada, à época, principalmente por lideranças religiosas católicas (CORRÊA, 2018). Como afirmam Dias e Machado (2022), um dos textos fundacionais desse movimento contrário à perspectiva de gênero foi o livro *Sal da Terra*, escrito pelo então cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Emérito da Igreja Católica.

Há de se considerar o caráter geopolítico da disputa que então se travava, já que havia uma preocupação do Vaticano em relação à inclusão da pauta dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda dos direitos humanos. Essa preocupação fez com que a pauta tivesse uma maior aderência nos países latino-americanos (CORRÊA, 2018). Isso aponta, aliás, os contextos geográficos em que se dão as disputas mais ferozes em relação à “ideologia de gênero”: Europa e América Latina (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Como afirmam algumas pesquisas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; CORRÊA, 2018; DIAS; MACHADO, 2022), “ideologia de gênero” é um termo acusatório que está relacionado a variadas reações contra as políticas e ações de reconhecimento de direitos a populações dissidentes de gênero e sexualidade. As pesquisas consultadas para a realização deste texto (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; MISKOLCI; PEREIRA, 2018; BALIEIRO, 2018; CORRÊA, 2018; DIAS; MACHADO, 2022) nomeiam essa contraofensiva a perspectivas de gênero como uma cruzada moral, levada adiante pela Igreja Católica, apropriada por outras vertentes cristãs na América Latina – no Brasil, sobretudo igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais – e apropriada também por setores políticos conservadores.

Há de se destacar ainda o papel importante dos discursos veiculados pela mídia hegemônica, pertencente a conglomerados midiáticos, que pautou a discussão em diferentes momentos nos últimos anos, sem com isso haver necessariamente uma preocupação ética com a abordagem da questão. Além disso, para além dessa mídia tradicional, há ainda as atuais configurações das plataformas digitais midiáticas, propícias à disseminação de desinformação e boatos e à criação e circulação de pânicos morais (DIAS; MACHADO, 2022).

No contexto da América Latina, Miskolci e Campana (2017) identificam algumas características dessa cruzada moral: a temporalidade, já que todas ocorreram após a virada do milênio; a existência de governos de esquerda em muitos países; e a consequente

ampliação de direitos sexuais e reprodutivos a partir também de reformas nos âmbitos legais e educacionais. No Brasil, a manifestação mais importante nesse contexto talvez seja a criação do Programa Escola Sem Homofobia, do Ministério da Educação, e a ofensiva de parlamentares e grupos políticos aos materiais didáticos do projeto.

O Programa foi alvo de ataques, amplamente divulgados pela mídia – um dos atores políticos centrais foi o então deputado federal Jair Bolsonaro, que à época (2011) participou de programas de televisão de caráter sensacionalista para falar sobre o *kit gay*, modo pejorativo como o kit anti-homofobia foi chamado por seus detratores (DIAS; MACHADO, 2022). Nos panfletos distribuídos pelo parlamentar na Câmara dos Deputados, constava que o kit promoveria o “homossexualidade” e estimularia a pedofilia. Diante da intensa polêmica, o material foi vetado pelo governo de Dilma Rousseff.

A polêmica em torno do material foi central nas disputas políticas e morais, refletindo inclusive na campanha eleitoral de 2018, quando o tema ainda era pautado por políticos conservadores (DELLA COLETTA, 2018). Essas disputas tiveram forte incidência no campo da Educação, visto que, segundo os artífices dessa cruzada, as principais “vítimas” da “ideologia de gênero” seriam as crianças, e um possível agente de disseminação dessa ideologia seriam os professores. Segundo Balieiro (2018, p. 11), “o professor passou a ser visto como um intruso nocivo na sacralizada relação entre pais e filhos, algo atestado em slogans como ‘meus filhos, minhas regras’ ou ‘não se meta com meus filhos’”.

Nesse sentido, ainda é válido mencionar a elaboração dos Planos de Educação nacional, estaduais e municipais, aprovados entre os anos de 2014 e 2015, quando grupos antigênero lideraram uma batalha que visava impedir a inserção de temas relativos à diversidade de gênero nos documentos. Esses grupos lograram sucesso, já que os Planos, em suas versões finais, não mencionam gênero (MISKOLCI, 2018).

Dentre os grupos mais expoentes dessa cruzada – a quem Miskolci (2018) chama de empreendedores morais, por levarem adiante uma pauta calcada em valores morais e moralizantes – está o Escola Sem Partido. Fundado em 2004, o movimento visa combater a doutrinação política, partidária e ideológica nas escolas e universidades. Vejamos uma das orientações que constam no site oficial do movimento:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma **visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais**; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma **atmosfera de intimidação incompatível** com a busca do conhecimento; se observa que estão **engajados na execução de um projeto de engenharia social**, que supõe a implementação de uma **nova escala de valores**, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência **(acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la)**. (grifos nossos)²

² Trecho retirado do site oficial do Escola Sem Partido, disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

O trecho destacado acima evidencia um aspecto central na elaboração dessa cruzada: a figura do professor enquanto um potencial inimigo, que precisa estar sob constante vigilância. O texto inicia com uma interpelação, inscrevendo o enunciário no discurso (“Se você sente”) e motivando o interlocutor a se colocar numa posição de agente, já que incita a reflexão. Há uma construção textual que descreve duas situações antagônicas e socialmente refutáveis – a existência de um ambiente de aprendizagem em que prevalece uma “atmosfera de intimidação”.

A situação inscreve a ação do professor num plano maior, algo conspiratório, de um “projeto de engenharia social”, cujo objetivo seria a “implementação de uma escala de valores” que não é compatível, conforme o subtexto, com as moralidades vigentes. Tem-se, então, uma estratégia discursiva que, ao descrever o perigo, convoca o interlocutor à ação.

Essa estratégia evidenciada pelo texto retirado do site do Escola Sem Partido dá a tônica das disputas morais que estão em voga nos embates públicos travados em torno da noção de “ideologia de gênero”.

Nota-se, com esse breve percurso sócio-histórico, a importância de se articular no campo educacional as várias influências que os discursos recebem, afinal é papel da escola construir sujeitos donos de sua própria história e cidadãos, capazes de compreender a realidade à sua volta e definir os deveres e lutar pelos seus direitos. E para essa construção cidadã, na qual seja exercido esse protagonismo, é necessário ao sujeito ter ferramentas para ler a realidade.

No que se refere ao papel ideológico é necessário compreender a própria ideologia como sendo uma ferramenta de manipulação social que visa barrar direitos, na medida em que, de um ponto puramente ideológico, apenas uma forma de expressão é aceita. Essa forma aceita é marcada historicamente por processos de dominação e expansão que imperam sob a forma mascarada de tradição, embora em muitas vezes esse modo acaba por atuar junto a um silenciamento do que seria a tradição real.

REFERÊNCIAS

BALIEIRO, Fernando Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

DELLA COLETTA, Ricardo. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional’. **El País**, [s.l.], 29 ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 20 jul. 2022.

DIAS, Marlon Santa Maria; MACHADO, Alisson. “Queimem a bruxa”: operações midiáticas na cruzada moral contra a ideologia de gênero no Brasil. **E-compós**, Brasília, v. 25, p. 1-20, jan./dez. 2022.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER - DANO EMOCIONAL DENTRO DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Data de aceite: 04/07/2022

Letícia Sousa Marques

Acadêmica bacharelanda em Direito na FACT –
Faculdade de Colinas do Tocantins

Roseane Vilarins de Almeida

Acadêmica bacharelanda em Direito na FACT –
Faculdade de Colinas do Tocantins

Bernadino Cosobeck da Costa

Professor Orientador da FACT – Faculdade de
Colinas do Tocantins

RESUMO: Este artigo tem como foco o estudo acerca da violência psicológica contra a mulher e os danos emocionais que ela pode causar dentro dos relacionamentos abusivos. Pretende mostrar como a violência psicológica surge e se insinua, sob uma aparência inocente, que aos poucos vai se firmando até deformar completamente um relacionamento. Nesse contexto visa traçar alguns pontos acerca dos danos oriundos da violência psicológica contra a mulher, suas causas, consequências, apresentar os sinais de uma relação abusiva, e a possibilidade de utilização de novas medidas de proteção do novo tipo penal e das medidas protetivas de urgências como ferramentas de proteção a mulher ofendida. E também abordará as dificuldades que as mulheres enfrentam para terminar esses relacionamentos. Por fim tente ajudar todas as mulheres a reconhecerem essa violência com o objetivo de incentivá-las a denunciá-la e se livrar do relacionamento abusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Psicológica. Vítimas Mulheres. Relacionamento Abusivo. Crime. Dano emocional.

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN - EMOTIONAL HARM WITHIN ABUSIVE RELATIONSHIPS

ABSTRACT: This article focuses on the study of psychological violence against women and the emotional damage it can cause within abusive relationships. It intends to show how psychological violence appears and insinuates itself, under an innocent appearance, which gradually takes hold until it completely deforms a relationship. In this context, it aims to draw some points about the damage arising from psychological violence against women, its causes, consequences, present the signs of an abusive relationship, and the possibility of using new measures to protect the new criminal type and emergency protective measures. as tools to protect the offended woman. And it will also address the difficulties women face in ending these relationships. Finally, try to help all women recognize this violence in order to encourage them to report it and get rid of the abusive relationship.

KEYWORDS: Psychological violence. Victims Women. Abusive Relationship. Crime. Emotional damage.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco a violência psicológica contra a mulher que examina os danos emocionais causados por relacionamentos abusivos e as dificuldades que

as mulheres vivenciam para terminar um relacionamento abusivo.

Em 7 de agosto de 2006, foi promulgada a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), criada com o objetivo de prevenir e erradicar a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, e que pode ser definida como qualquer ação ou omissão de gênero que causam morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou material (art. 5º, Lei 11.340/06) e essa violência se constitui uma das formas de violação dos direitos humanos das mulheres (art. 6º, Lei 11.340/06).

Somente em 2021, através da Lei nº 14.188, foi incluída de forma específica no Código Penal o crime de violência psicológica contra mulher. Trata-se do artigo 147-B do Código Penal. Tal modalidade de violência como visto anteriormente já era prevista na Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, porém, não havia sido detalhadamente tipificada, faltava descrever melhor essa violência psicológica.

O relacionamento abusivo é uma clara demonstração de violência psicológica contra a mulher, e muitas das vezes devemos analisar os sinais de uma relação, para que se identifique esse abuso.

Como identificar os sinais de um relacionamento abusivo? E como esse abuso pode causar dano psicológico e emocional a vítima? Neste sentido, este estudo tem como principal objetivo demonstrar os sinais de um relacionamento abusivo, e como ele se desenvolve de forma silenciosa e sutil. Descrever os tipos de abusos que ocorrem dentro dos relacionamentos e as dificuldades que as mulheres vítimas dessas relações abusivas, enfrentam para finalizar o relacionamento.

Acontece que as mulheres muitas vezes são importunadas, cercadas, dominadas, manipuladas por parceiros abusadores que procuram impedir a liberdade de escolha da sua companheira, agindo como fiéis representantes de um patriarcado feroz.

A nova lei estabelece que a violência psicológica consiste em causar dano emocional à mulher, que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar as suas ações, seus comportamentos, suas crenças e suas decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação. Contudo, apesar da existência da referida lei, muitas mulheres ainda se silenciam diante da violência sofrida e se submetem a viver em relações abusivas durante anos ou até os últimos dias de vida, seu ou do agressor.

2 | NOVO TIPO PENAL - VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

A Lei de 29 de julho de 2021 transpôs o crime de violência psicológica contra a mulher no código penal. O crime agora tem sua previsão legal no artigo 147-B do Código Penal.

Ele refere-se a condutas que causam danos emocionais às mulheres e esses tais

danos são definidos como prejudicar ou impedir o pleno desenvolvimento da mulher ou degradar, controlar seu comportamento crenças e decisões.

É necessário explicar esse dano emocional examinando suas possibilidades:

- **Que prejudique e perturbe o seu pleno desenvolvimento;**

Um trauma emocional que perpetua a categoria criminosa é aquela que prejudica ou interfere no pleno desenvolvimento da mulher. Nesse caso, o crime exige um efeito prejudicial: a perda do pleno desenvolvimento da mulher como no caso da vítima que deve exercer sua atividade profissional de acordo com as regras impostas pelo companheiro, o que coloca em risco seu desenvolvimento, na produção de seu trabalho. Ocorre também, que o dano emocional atrapalha esse desenvolvimento pleno, por meio de manipulação que torna o exercício de sua atividade profissional, sua vida social, sua convivência familiar e consigo mesma uma tortura, por esses obstáculos colocados pelo sujeito ativo.

Refere-se a um tipo penal formal, não sendo necessário o resultado para a sua consumação. Uma das suas finalidades é rebaixar a vítima, tratá-la de forma aviltante para lhe retirar a dignidade. É o caso do contínuo tratamento desdenhoso, que destrói a autoestima da mulher, ao ponto de o seu sentido de valor ser ligado ao parceiro, resultando em um grande dano à saúde emocional.

- **Que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;**

O vocábulo “controle de ação” significa ter poder sobre o que a vítima está fazendo, como atividades recreativas. O controle de comportamento tem um significado mais amplo, incluindo omissões, o que a vítima não quer fazer e como ela se comporta socialmente, como as roupas que usa ou não. O controle de crenças envolve tentar interferir na liberdade da vítima de ter uma religião ou não adotá-la, mas também se refere ao conjunto mais amplo de opiniões, crenças e ideologias, incluindo políticas compreendidas. O agressor também pode querer controlar as decisões, a liberdade de autodeterminação, o futuro e até mesmo pequenas escolhas na rotina diária.

O abuso psicológico inclui ameaças, vergonha, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, vigilância constante, perseguição persistente, insultos, provocações, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outra forma que prejudique a saúde psicológica e a autodeterminação da mulher.

Vejam os meios de prática do dano emocional a seguir:

Ameaçar - é fazer uma promessa à outra pessoa de lhe causar algo ruim, um mal. Aqui não exige que a ameaça seja de um mal injusto, nem a ameaça é qualificada como grave. As constantes ameaças, como as de deixar a pessoa sem seus bens que lhe é de direito pela ameaça, podem abalar, a autodeterminação e a saúde psíquica da vítima.

Constranger - é praticar coação contra alguém, mas também pode ser deixar alguém embaraçado ou envergonhado. Diante disso a compreensão aqui deve ser um

pouco mais ampla, mesmo porque os outros meios enumerados demonstram claramente essa amplitude do tipo penal: o uso de coação ou de deixar a vítima envergonhada na frente de seus amigos e colegas de trabalho pode visar a controlar algum aspecto de sua vida, provocar degradação social ou, ainda, prejudicar ou perturbar o seu pleno desenvolvimento.

Humilhar – é o ato de tratamento humilhante, degradante, que rebaixe a vítima, e afeta a sua autoestima. É tratar de modo humilhante ou grosseira, a fim de desqualificá-la. Tratar a mulher de forma grosseira, ofendendo o seu intelecto ou sua aparência física, principalmente na frente de outras pessoas, como amigos e familiares, tendo um alto risco de causar dano emocional, especialmente em relacionamentos afetivos, em que os parceiros possuem um significado muito maior para a pessoa.

Manipular - é usar artifício para mudar a vontade da pessoa, para influenciar a formação da vontade da vítima por meio de técnicas enganosas ou dissimuladas. É o caso de o agente convencer a vítima de que o melhor para sua vida é manter o relacionamento, ainda que não tenha mais desejo de permanecer na relação.

Isolar - é afastar a pessoa do seu convívio com a sociedade, de sua família e amigos. Infelizmente não é atípico os relatos de que o parceiro de uma mulher a isolou de sua família, cortando os vínculos com outras pessoas. Esse meio de violência emocional é um passo inicial para a pretensão do domínio sobre a vítima, evitando que haja pessoas por perto para não perceberem a situação e tentarem ajudá-la em caso de violência expressa.

Chantagear - é uma tipo de ameaça condicional, que requer certo comportamento da vítima sob a pena de lhe causar algo. É o ato de impor que a vítima não trabalhe fora de casa caso contrário o agente a abandonará ou até mesmo de falar que ela não pode terminar o relacionamento senão se utilizará de todos os recursos para conseguir a guarda unilateral dos filhos apenas para afastá-los da mãe.

Ridicularização - uma maneira específica de humilhação, é ironizar, é zombar da pessoa. Quando esse comportamento se torna um hábito contra a vítima, em particular nas relações afetivas ou amorosa, verifica-se um enorme potencial de abalo emocional, especialmente em longo prazo.

Limitação do direito de ir e vir - quer dizer não possibilitar que a vítima saia quando desejar ou que não vá para onde ela quiser ir. Pode-se iniciar com um impedimento de visitar certos lugares, como academias, visitar as amigas, clubes e se expandir a proibições de sair sozinha de casa, é uma forma mais grave de violência psicológica contra a vítima.

Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem de maneiras isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas quando praticada constitui um ato de violação dos direitos humanos e tem que ser denunciada e punida.

- **Como a Lei é aplicada?**

O crime de violência psicológica se configura com a efetiva causação do dano, de

modo que é imprescindível que qualquer dos meios empregados cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da vítima.

Por ser uma violência psicológica, não se exigindo o dano, que configura a lesão corporal, forma-se uma corrente no sentido de que a perícia seria desnecessária. Por outro lado há corrente que entende ser imprescindível a perícia para comprovar a materialidade da violência psicológica.

Diante disso São provas deste tipo de violência, os laudos de psicólogo (a) e/ou psiquiatra, prints de conversas do whatsapp/telegrama/sms, gravações de vídeo e/ou de áudio no momento do cometimento do crime, testemunhas diretas ou indiretas.

A pena para o crime de violência psicológica contra a mulher é de reclusão de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e multa. O crime é de ação pública incondicionada, não necessitando de representação da vítima para a propositura da ação penal.

Sendo assim, especialistas em Direito das Mulheres explicam que a principal mudança é o processo criminal contra o agressor. Pois antes disso, ele seria processado por ameaça, perseguição etc. A partir de agora, ele vai ser processado por violência psicológica. “Um crime mais grave”.

3 | O RELACIONAMENTO ABUSIVO E SUA FORMA SILENCIOSA

A violência psicológica se desenvolve de modo silencioso e sutil, evolui sem ser identificada de imediato, deixando marcas profundas na vítima, muito difíceis de serem apagadas, produzindo, muitas vezes, sequelas emocionais irreversíveis. Infelizmente em vários casos, esta violência psicológica pode vir acompanhada também de uma violência na forma física, agravando ainda mais a situação da vítima.

Infelizmente, conforme relatos, a violência psicológica é a forma mais perversa e danosa à saúde emocional da mulher, ao mesmo tempo em que se mostra de difícil identificação, o que faz com que o combate a essa violência se torne menos eficaz, acrescentando-se, a isso, o fato de que várias pessoas não a qualifica como uma espécie consistente de violência. Na sua forma mais cruel, a violência se expressa em atos e situações com vistas a criar um desequilíbrio emocional na mulher, de modo a que esta tenha o discernimento da realidade distorcida, e não creia no que está acontecendo.

Mesmo existindo uma previsão da violência psicológica contra a mulher na Lei Maria da Penha, na prática observamos que há uma resistência imensa por parte da sociedade em reconhecer esta violência como crime. Além de ser considerada um tabu, é tida como algo menos grave, tratada por muitas vezes, como uma ‘frescura’, um ‘drama’ ou até um “exagero”.

4 | OS SINAIS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

Quando você está vivenciando uma relação abusiva, muitas vezes tem uma visão

distorcida e não tão completa desta relação, e por isso se torna tão difícil enxergar o quão mal está lhe causando. Ocorrendo abusos que podem evoluir, trazendo diversas consequências que são marcadas pelo dano emocional.

Alguns sinais que podemos identificar um relacionamento abusivo:

4.1 A pessoa te monitora constantemente?

Todo relacionamento saudável deve ser baseado na confiança recíproca, companheirismo e amizade entre o casal.

Caso seu parceiro te pressiona para dar satisfação de tudo que você faz ou vai fazer, se vive te seguindo para saber os lugares que você está indo, monitora suas amizades, suas redes sociais, duvida da sua palavra, você pode estar em um relacionamento abusivo e conseqüentemente sendo vítima de violência psicológica.

Ciúme excessivo é sinal de um relacionamento abusivo e conturbado.

4.2 Seu parceiro tenta te diminuir?

Há duas formas principais para o seu parceiro te diminuir: Constrangimento público e Diminuir sua autoestima.

Quando a pessoa têm necessidade de te diminuir, te controlar ou de te envergonhar na frente de outras pessoas, ao ponto de afetar sua autoestima e se sentir inferior para que se sinta mais confortável, existe aí um sinal de violência psicológica e danos emocionais que precisam ser tratado e denunciada.

4.3 Seu parceiro se importa apenas consigo mesmo?

Faz parte de qualquer relacionamento auxiliar seu parceiro, mas precisa existir um limite dentro disso. É importante saber que existem problemas que são grandes demais e nem sempre é seu papel consertar sozinho.

A pessoa que está com você precisa também te escutar, propor melhorias para a relação, porque senão, como isso pode ser bom para você? Se a carga psicológica dos dois está inteira sobre os ombros de um só, isso é um sinal que esteja vivenciando uma relação abusiva. O relacionamento deve ser compartilhado entre as partes que estão vivenciando, e não somente uma pessoa resolver todos os dilemas.

5 | GASLIGHTING NOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: A VIOLÊNCIA SILENCIOSA

Gaslighting é uma das formas de violência psicológica mais utilizada pelo agressor dentro das relações abusivas. Esse termo surgiu de uma peça teatral “Gas Light” em 1938, que foi adaptada ao cinema no ano de 1944, onde o marido tentava manipular sua esposa apagando e ascendendo as luzes da casa do casal, fazendo com que ela pensasse que estava louca.

Essa violência psicológica é muito frequente, mas pouco identificada pela pessoa que está sendo manipulada. Esta é uma violência psicológica típica de relacionamentos abusivos, em que o abusador distorce, mente e manipula a vítima até a ela achar que enlouqueceu e é a errada na relação. Em geral, quem manipula emocionalmente sua parceira tende a desvalorizá-la, diminuir e confundir os seus sentimentos.

5.1 Como o Gaslighting acontece

O abusador sempre tenta colocar a vítima contra as outras pessoas. Sempre manipulando a vítima, falando distorções da realidade sobre seus amigos e sua família para que cada vez mais ela se afaste deles com o objetivo de isolá-la socialmente, enquanto que ele segue sua vida normalmente.

Falas como: “você é exagerada demais”, “está imaginando coisas que não existem” ou “está ficando louca” são muito utilizadas nesse contexto pelo agressor. A reiteração de uma ideia acaba produzindo uma crença e diminuindo a capacidade de auto percepção da vítima e a mesma passa a acreditar naquelas afirmativas. A sensação é de que possa está realmente enlouquecendo. O propósito do abusador é ganhar poder e está sempre sob controle da vida das vítimas.

5.2 Sinais que irão ajudar a identificar o gaslighting

É muito importante prestar atenção nos sinais, é necessário prestar atenção se as dúvidas, medos e maus sentimentos passam a fazer parte do dia a dia com mais frequência, tais como:

- Muito medo de falhar ao agir sozinha;
- Questionar a si mesma se está agindo de maneira emotiva;
- Não está se sentindo feliz, mesmo percebendo que as coisas aparentemente estão bem;
- Ficar sempre pedindo desculpas ao seu companheiro;
- Fica constantemente justificando ações do parceiro para os amigos e familiares;
- Passou a começar mentir para si mesma, para os seus amigos e para sua família que as coisas estão indo bem, criando uma falsa ilusão de sua relação;
- Começou a esconder algumas informações da relação das demais pessoas ao seu redor para não ter que se explicar;
- Acreditar ser responsável por todos os problemas que estão ocorrendo na relação.

6 | DIFICULDADE QUE A MULHER ENFRENTA PARA TERMINAR O RELACIONAMENTO ABUSIVO

Um dos motivos é a culpa, o abusador, ao longo do tempo, leva a mulher a sentir - se culpada pela situação. Além disso, elas podem sentir culpa e vergonha por terem escolhido essa pessoa para ser seu parceiro.

Sair de um relacionamento abusivo, sozinha é muito difícil. Primeiramente, porque a mulher pode nem mesmo perceber que isso se trata de uma relação de abuso psicológico, pode considerar normal à forma de conviver do casal. Depois, há medo do julgamento e a vergonha de abrir os problemas conjugais para outra pessoa.

Na maioria das vezes as mulheres não denunciam por terem dependência afetiva e emocional de seus parceiros, tem medo de possíveis novas agressões, pois sofrem ameaças e também porque muitas vítimas não têm o suporte dos familiares para que assim possa encorajar-se a denunciar o agressor.

A violência psicológica pode deixar marcas invisíveis e irreversíveis se tornando sutil ao ponto de a mulher não conseguir identificá-la como uma violência, mesmo que ela destrua aos poucos o sua convivência, sua independência, entusiasmo, autoestima e sua saúde mental, criando uma grande confusão de sentimentos de incapacidade, e até mesmo de amor próprio. A mulher se torna então incapaz de tomar decisões que considera como certas ou que possam contentar o companheiro. A violência psicológica se torna um abuso da confiança da mulher sobre o que ela considera amor e um relacionamento.

Muitas das mulheres que sofrem esse tipo de agressão possuem dificuldades de sair desse tipo de relacionamento, pois enfrentam a chamada síndrome do desamparo aprendido. Creem que em nenhum momento poderão viver sem o seu parceiro e por esse motivo acabam normalizando a violência psicológica que estão sofrendo. Diante disso, tentam frequentemente justificar as atitudes grosseiras e abusivas do cônjuge ou namorado. Ainda que não tenham ocorrido as agressões físicas, as mulheres vítimas têm que se proteger de todo e qualquer indício de violência psíquica ou verbal.

Para romper com o ciclo do relacionamento abusivo, é necessário que a vítima consiga superar determinados padrões de comportamento que a tornam refém do companheiro. Um deles é denominado positividade tóxica e consistem em negar sentimentos e emoções desconfortáveis, sensações que virão à tona de qualquer maneira, inclusive como doenças psíquicas ou físicas.

Outro padrão habitual que faz com que a mulher permaneça em uma relação abusiva é a promessa de fidelidade familiar. Esse comportamento é adotado por mulheres que sempre viram a sua mãe ou outras mulheres da sua família sendo vítimas de relacionamentos abusivos, sendo violentadas psicologicamente e tendem a normalizar tais comportamentos tóxicos e abusivos por parte dos parceiros.

Reconhecer os sinais de uma relação com esses traços negativos é o primeiro

passo para prevenir que ocorram episódios de violência psicológica contra a mulher. E aqui vai um alerta: é preciso emponderar as mulheres para que procurem ajuda, e que consigam entender que está em um relacionamento abusivo, para que assim, possam se libertar desse tipo de relacionamento.

Ao identificar os sinais de um relacionamento abusivo e perceber que está lhe causando danos emocionais, afaste-se. Esse tipo de manipulação é abuso mental e emocional com o único intento de controle e poder sobre você.

Conversar com alguém próximo a você sobre como sair dessa situação. Diga para alguém que está sendo manipulada emocionalmente pelo seu parceiro e que precisa sair desse relacionamento abusivo em que está vivenciando.

Procure alguma rede de apoio às vítimas de violência doméstica e psicológica. Eles saberão como orientá-lo e passarão outros contatos que podem ajudar.

Ouça a si mesma, essa certamente é uma das coisas mais difíceis durante a sua recuperação e também uma das mais importantes. Depois de ser frequentemente manipulada, é natural que você facilmente passe a ignorar sua intuição e ela desapareça, mas isso é possível reverter se procurar apoio psicológico.

Cuide de você mesma - Começando com as pequenas coisas, como dar atenção ao seu corpo, obedeça ele se sentir fome ou sentir sono e diga a si mesma que pode confiar em si própria para saber quando precisa suprir suas necessidades básicas. Isso já é um grande passo para sua autoconfiança e para sua recuperação.

Quando precisar tomar uma decisão, não se sinta pressionada, nem dê esse poder para os outros - Diga para si mesma que respeitará seu tempo e que irá usá-lo para analisar todas as opções antes mesmo de tomar qualquer decisão.

Busque amparo profissional qualificado – A sua recuperação será mais rápida e bem-sucedida se você tiver apoio de pessoas com quem pode contar. Um psicólogo habilitado escutará sem julgamentos o que você tem a dizer e pode fornecer ferramentas úteis para lidar com os efeitos da violência psicológica e o dano emocional que a mesma causa.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos realizados percebe-se que a violência psicológica é um fenômeno que está presente no cotidiano de muitas mulheres e que prejudica a qualidade de vida da mulher que vivencia esse fenômeno. E como o relacionamento abusivo em sua forma silenciosa é um tipo de violência considerada como a mais cruel que acontece no meio doméstico, pois além de ser silenciosa, muitas vezes deixam marcas irreparáveis que permanecem por muito tempo e podendo às vezes perdurar por toda a vida.

A nova lei determina que a violência psicológica constitua-se em causar dano emocional à mulher que a prejudique e a perturbe o seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar as suas ações, seus comportamentos, suas crenças e suas

decisões, mediante a ameaça, o constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que possa causar prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

Contudo, apesar da existência da referida lei, muitas mulheres ainda se silenciam diante da violência sofrida e se submetem a viver em relações abusivas durante anos ou até os últimos dias de vida, seu ou do agressor.

Assim através do estudo realizado buscamos estimular debates no sentido de discutir coletivamente sobre esse tema que é a violência psicológica e o dano emocional dentro dos relacionamentos abusivos, apresentar os sinais que indicam estar em um relacionamento abusivo psicológico/moral, também abordando sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para porem um fim nesse tipo de relacionamento.

Por fim, o objetivo principal deste estudo é ajudar toda a sociedade na conscientização quanto à importância da identificação desta modalidade de violência psicológica que é silenciosa e sutil e frisando a todos de que a agressão tem que ser denunciada e penalizada. Falando cada vez mais sobre esse tipo de relação com o objetivo de ajudar todas as mulheres para que possam se libertar e ganharem coragem para denunciar e sair de um relacionamento abusivo.

REFERÊNCIAS

NEVES, Claudia. **O relacionamento abusivo e a sua forma de violência silenciosa.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/84651/o-relacionamento-abusivo-e-a-sua-forma-de-violenciasilenciosa> . Acesso em 18 de Junho de 2021.

AUTOR DESCONHECIDO. **Seis sinais de que você está num relacionamento abusivo e como superar.** Disponível em: <https://febracis.com/relacionamento-abusivo/>. Acesso em 19 de Junho de 2021.

SAMPAIO, Joana, GESTEIRA, Thaís. **Dormindo com o inimigo: a violência psicológica contra mulheres.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dormindo-com-o-inimigo-a-violencia-psicologica-contramulheres/> . Acesso em 19 de Junho de 2021.

VERSAR, Equipe. **Como perceber que chegou a hora de terminar um relacionamento.** Disponível em: <https://www.revistaversar.com.br/terminar-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em 21 de Junho de 2021.

ELUF NAGIB, Luiza. **Novo tipo penal: violência psicológica contra a mulher.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/escritos-mulher-tipo-penal-violencia-psicologica-contraa-mulher>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

PROCOPIO, Michael. **O novo crime de violência psicológica contra a mulher.** Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/o-novo-crime-de-violencia-psicologica-contra-a-mulher/>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

CALLEGÁRIO, Marinalva. **É preciso flagrar os sinais de um relacionamento abusivo.** Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/e-preciso-flagrar-os-sinais-de-um-relacionamento-abusivo/amp/>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

RICCI, Larissa. **Saiba o que muda após violência psicológica se tornar crime contra mulher.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/07/29/interna_nacional,1291082/saiba-o-que-muda-apos-violencia-psicologica-se-tornar-crime-contra-mulher.shtml. Acesso em 14 de Maio de 2022.

PROCOPIO, Michael. **O novo crime de violência psicológica contra a mulher.** Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/o-novo-crime-de-violencia-psicologica-contra-a-mulher/>. Acesso em 14 de Maio de 2022.

TRAJANO ALVIM VIEIRA, Daniela. **Gaslighting nos relacionamentos abusivos: a violência silenciosa.** Disponível em: <https://blog.psicologiaviva.com.br/gaslighting-nos-relacionamentos-abusivos-a-violencia-silenciosa/>. Acesso em 18 de Maio de 2022.

RIBEIRO DOS SANTOS, Douglas. **Violência psicológica agora é crime.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/349867/violencia-psicologica-agora-e-crime>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

DA SILVA, César Dario Mariano. Norma penal da violência psicológica contra a mulher é muito bem-vinda. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-10/cesar-dario-violencia-psicologica-mulher>. Acesso em 04 de Junho 2022.

ACS. **Violência psicológica.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/violencia-psicologica>. Acesso em 04 de Junho 2022.

LOIOLA, Karila. **Como saber se estou em um relacionamento abusivo.** Disponível em: <https://acolhermulher.com.br/como-saber-se-estou-em-um-relacionamentoabusivo/#:~:text=Ci%C3%BAme%20excessivo%20%C3%A9%20sinal%20de,parceiro%20mesmo%20quando%20est%C3%A1%20longe>. Acesso em 04 de Junho 2022.

TRAJANO ALVIM VIEIRA, Daniela. **Gaslighting nos relacionamentos abusivos: a violência silenciosa.** Disponível em: <https://blog.psicologiaviva.com.br/gaslighting-nos-relacionamentos-abusivos-a-violenciasilenciosa/#:~:text=O%20termo%20surgiu%20da%20pe%C3%A7a,a%20mesma%20pensasse%20que%20enlouqueceu>. Acesso em 05 de Junho 2022.

EQUIPE FEBRACIS. **6 sinais de que você está num relacionamento abusivo e como superar.** Disponível em: <https://febracis.com/relacionamento-abusivo/>. Acesso em 05 de Junho 2022.

MELO Igor, e ORNELAS, Alex Rosa. **O crime de violência psicológica e a Lei Maria da Penha.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-05/igor-melo-violencia-psicologica-lei-maria-penha>. Acesso em 05 de Junho 2022.

VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A POPULAÇÃO ADULTA: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Data de aceite: 04/07/2022

Karina Fardin Fiorotti

Enfermeira do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). Doutoranda em Saúde Coletiva. Membro do Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Acidentes (LAVISA)

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutora em Saúde Coletiva. Membro do Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Acidentes (LAVISA)

Franciéle Marabotti Costa Leite

Docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Epidemiologia. Líder do Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Acidentes (LAVISA)

RESUMO: Objetivos: identificar a frequência de casos de violência física na população adulta notificados no Espírito Santo e sua associação com as características da vítima, do agressor e do evento. **Métodos:** estudo epidemiológico, analítico, transversal, feito com todos os casos de violência física notificados no Espírito Santo contra indivíduos em idade adulta, de 20 a 59 anos de idade, entre os anos de 2011 e 2018. O banco de dados refere-se às notificações de violência no Sistema de Informação de Agravos e Notificação. A variável dependente foi a violência física e as independentes as características da vítima, do agressor e do evento. O estudo foi aprovado pelo comitê de

ética. A análise foi realizada pelo programa Stata 16.0 e os resultados da regressão de Poisson apresentados por meio da razão de prevalência ajustada. **Resultados:** a violência física contra a pessoa adulta foi responsável por 63,3% dos casos notificados, sendo maior a prevalência entre vítimas do sexo masculino, adultos jovens, declarados pretos ou pardos, com até 4 anos de estudo, sem deficiências ou transtornos, que possuíam companheiro e residiam em zona rural. Quanto aos agressores, foi mais frequentemente praticada por pessoas de 25 anos e mais, do sexo feminino, com vínculo afetivo de parceiro íntimo (ex ou atual) e com a suspeita de uso de álcool. Ainda, o desfecho esteve associado a 2 ou mais agressores, a ocorrência em via pública e caráter único. **Conclusões:** a violência física na população adulta apresentou uma frequência significativa no Espírito Santo no período de 2011 a 2018, e esteve associada às características da vítima, do agressor e da ocorrência. Os resultados apontam para a necessidade de capacitar as equipes assistenciais para o manejo e a identificação dos casos, bem como fortalecer os sistemas de informação em saúde para subsidiar o desenvolvimento de ações de enfrentamento desse agravo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Violência contra a mulher. Sistemas de informação.

ABSTRACT: Objectives: to identify the frequency of cases of physical violence in the adult population reported in Espírito Santo and its association with the characteristics of the victim, the aggressor and the event. **Methods:** an epidemiological, analytical, cross-sectional study

carried out with all cases of physical violence reported in Espírito Santo against adults aged between 20 and 59 years old, between 2011 and 2018. The database refers to notifications of violence in the Information System on Diseases and Notification. The dependent variable was physical violence and the independent variables were the characteristics of the victim, the aggressor and the event. The study was approved by the ethics committee. The analysis was performed using the Stata 16.0 program and the Poisson regression results were presented using the adjusted prevalence ratio. **Results:** physical violence against adults was responsible for 63.3% of the reported cases, with a higher prevalence among male victims, young adults, declared black or brown, with up to 4 years of schooling, without disabilities or disorders, who had a partner and lived in rural areas. As for the aggressors, it was more frequently practiced by people aged 25 years and over, female, with an affective bond with an intimate partner (former or current) and with suspected alcohol use. Also, the outcome was associated with 2 or more aggressors, the occurrence on public roads and unique character. **Conclusions:** physical violence in the adult population presented a significant frequency in Espírito Santo from 2011 to 2018, and was associated with the characteristics of the victim, the aggressor and the occurrence. The results point to the need to train care teams for the management and identification of cases, as well as strengthening health information systems to support the development of actions to face this problem.

KEYWORDS: Violence. Violence against women. Information systems.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno complexo, multicausal e de interesse para diversas áreas, principalmente para a saúde pública. A Organização Mundial da Saúde define a violência como o uso intencional de força física ou poder, real ou ameaça, contra si ou outrem, ou contra um grupo ou comunidade, podendo resultar em lesão, dano psicológico, morte, prejuízo no desenvolvimento ou privação (WHO, 1996).

Por violência física entende-se atos violentos com uso de força física de maneira intencional, não acidental, a fim de ferir, lesionar, causar dor, sofrimento ou morte, deixando ou não marcas visíveis no corpo da vítima (BRASIL, 2016).

Todos os anos, cerca de 1,25 milhões de pessoas em todo o mundo perdem suas vidas por lesões relacionadas à violência, e outras dezenas de milhões sofrem com a violência não fatal e seus impactos em atendimentos de saúde invasivos, hospitalizações, incapacitação temporária ou permanente de suas atividades e necessidade de cuidados e reabilitação física e mental de longo prazo (WHO, 2021). No Brasil, a magnitude desse agravo e seus impactos na sociedade pode ser presumida partindo do pressuposto de que 4,1% da população, cerca de 6,6 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais de idade, sofreram algum tipo de violência física no último ano (IBGE, 2020).

As vítimas da violência física amargam suas consequências, que podem ir para além das lesões fatais e não fatais, perpassando pelo aumento dos riscos de doenças mentais e suicídio, tabagismo, abuso de uso de álcool e outras substâncias, doenças crônicas e problemas de ordem social (OMS, 2021)

A magnitude e os impactos da violência na qualidade de vida das pessoas expõem a necessidade de tornar esse agravo parte da agenda de prioridades do setor da saúde, visto que, por suas ações ou as de setores afins, é possível reduzir e prevenir a violência que mata e incapacita (MINAYO *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a realização de estudos como este tem lugar estratégico para permitir adequada compreensão do fenômeno da violência e, por conseguinte, o fomento de ações de enfrentamento a esse fenômeno. Assim sendo, este estudo teve por objetivo identificar a frequência da notificação de violência física na população adulta no estado do Espírito Santo, no período de 2011 a 2018, e verificar as suas associações com as características da vítima, do agressor e da ocorrência.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, epidemiológico, realizado com os dados referentes às notificações de violência registradas no Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) do estado do Espírito Santo, Brasil, entre os anos de 2011 e 2018. Foram incluídos nas análises os registros de notificação de adultos de 20 a 59 anos de idade, e a opção pelo período de coleta se deu pela efetivação da obrigatoriedade da notificação dos casos de violência pelos serviços assistenciais a partir da Portaria 104 de janeiro de 2011 (BRASIL, 2011).

Neste estudo, a variável dependente foi a violência interpessoal do tipo física (sim/não) e as variáveis independentes foram as características da vítima como sexo (masculino/feminino), faixa etária (20 a 29 anos/30 a 39 anos/40 a 49 anos/50 a 59 anos), raça/cor (branca/preta ou parda), escolaridade (0 a 4 anos de estudo/5 a 8 anos de estudo/9 anos ou mais de estudo), situação conjugal (sem companheiro/com companheiro), presença de deficiências/transtornos (sim/não) e zona de residência (urbana ou periurbana/rural); as características do agressor, como faixa etária (até 24 anos/25 anos ou mais), sexo (masculino/feminino/ambos), vínculo com a vítima (parceiro íntimo ex ou atual/conhecido/desconhecido) e suspeita de uso de álcool (sim/não); e as características do evento como número de envolvidos (um/dois ou mais), local da ocorrência (residência/via pública/outros), caráter de repetição (sim/não) e necessidade de encaminhamentos (sim/não).

A análise descritiva foi realizada por meio das frequências relativa e absoluta com intervalos de confiança de 95%, a análise bivariada pelo teste Qui-Quadrado de Pearson e a análise multivariada pela Regressão de Poisson, mediante modelo hierárquico com as características da vítima em primeiro nível seguidas pelas características do agressor e da ocorrência em segundo nível. As variáveis que obtiveram valor de p menor que 0,2 na análise bivariada entraram no modelo e sua manutenção seguiu valor de p menor que 0,05. Os resultados das análises bruta e ajustada foram expressos em Razão de Prevalência (RP) com intervalos de confiança de 95% (IC 95%). Todas as análises foram realizadas

com o software Stata 14.1.

Este estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com parecer de número 2.819.597 e observadas as normas e diretrizes das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CAAE: 88138618.0.0000.5060).

RESULTADOS

A respeito das notificações de violência interpessoal na população adulta registradas no estado do Espírito Santo nos anos de 2011 a 2018, a violência física foi responsável por 63,3% (IC 95%: 62,7-63,9) dos casos notificados (dados não apresentados em tabela).

Ao observar a Tabela 1, encontramos uma população composta, predominantemente, por pessoas do sexo feminino (P: 80,4%; IC 95%: 79,8-81,1), adultos mais jovens com idades entre 20 e 29 anos (P: 35,6%; IC 95%: 34,8-36,4) e 30 a 39 anos (P: 34,1%; IC 95%: 34,1-35,6), autodeclarados pretos ou pardos (P: 69,6%; IC 95%: 68,8-70,4), com 9 anos ou mais de estudo (P: 50,7% ; IC 95%: 49,7-51,8), sem deficiências ou transtornos (P: 89,3%; IC 95%: 88,7-89,8) e residentes em área urbana ou periurbana (P: 87,7% ; IC 95%: 87,2-88,2). No que diz respeito à situação conjugal da vítima, o grupo ficou dividido de maneira semelhante entre os que possuíam e os que não possuíam companheiro (para ambos P: 50%; IC 95%: 49,1-50,9).

Quanto às características do agressor, em 77% dos casos eram pessoas do sexo masculino (IC 95%: 76,3-77,8), com 25 anos ou mais de idade (P: 74,3%; IC 95%: 73,4-75,3), que possuíam vínculo de parceiro íntimo, anterior ou atual, com suas vítimas (P: 59,2%, IC 95%: 58,4-60,2) e que tinham a suspeita do uso de álcool na ocorrência (P: 52,2%; IC 95%: 51,2-53,2) (Tabela 1).

Sobre a ocorrência, observou-se a participação de apenas um agressor em cerca de 84% dos casos (P: 83,8%; IC 95%: 83,2-84,5), sendo o local de maior ocorrência a residência (P: 68,1; IC 95%: 67,2-68,9) e tendo por característica a repetição do evento em 54,7% das notificações (IC 95%: 53,8-55,7). Em 83,2% dos casos (IC 95%: 82,6-83,8), houve a necessidade de encaminhamento para outros serviços (Tabela 1).

Variáveis	N	%	IC 95%
Sexo			
Masculino	2795	19,6	19,0-20,3
Feminino	11469	80,4	79,8-81,1
Faixa etária			
20 a 29 anos	5078	35,6	34,8-36,4
30 a 39 anos	4970	34,8	34,1-35,6
40 a 49 anos	2868	20,1	19,5-20,8
50 a 59 anos	1348	9,5	9,0-9,9
Raça/Cor			
Branca	3799	30,4	29,6-31,2
Preta/Parda	8696	69,6	68,8-70,4
Escolaridade			
0 a 4 anos	1601	17,3	16,6-18,1
5 a 8 anos	2955	32,0	31,0-32,9
9 anos ou mais	4692	50,7	49,7-51,8
Situação conjugal			
Sem companheiro	6115	50,0	49,1-50,9
Com companheiro	6112	50,0	49,1-50,9
Deficiências/Transtornos			
Não	10739	89,3	88,7-89,8
Sim	1293	10,7	10,2-11,3
Zona de residência			
Urbana/Periurbana	12248	87,7	87,2-88,2
Rural	1716	12,3	11,8-12,9
Faixa etária do agressor			
0 – 24 anos	2201	25,7	24,8-26,6
25 anos ou mais	6375	74,3	73,4-75,3
Sexo do agressor			
Masculino	9859	77,0	76,3-77,8
Feminino	2683	21,0	20,3-21,7
Ambos	255	2,0	1,8-2,3
Vínculo com a vítima			
Parceiro íntimo (atual ou ex)	6792	59,2	58,4-60,2

Conhecido	3400	29,7	28,8-30,5
Desconhecido	1271	11,1	10,5-11,7
Suspeita de uso de álcool			
Não	4639	47,8	46,8-48,8
Sim	5070	52,2	51,2-53,2
Número de envolvidos			
Um	10799	83,8	83,2-84,5
Dois ou mais	2083	16,2	15,5-16,8
Local de ocorrência			
Residência	8493	68,1	67,2-68,9
Via pública	2612	20,9	20,2-21,7
Outros	1373	11,0	10,5-11,6
Violência de repetição			
Não	4947	45,3	44,3-46,2
Sim	5985	54,7	53,8-55,7
Encaminhamento			
Não	2195	16,8	16,2-17,5
Sim	10873	83,2	82,6-83,8

Tabela 1. Caracterização dos casos de violência interpessoal física notificados na população adulta, de acordo com os dados da vítima, do agressor e da ocorrência, no estado do Espírito Santo, entre os anos de 2011 e 2018.

Fonte: dados do estudo (SINAN).

Na análise bivariada apresentada na Tabela 2, observa-se relação entre a violência física e todas as variáveis estudadas, sendo elas sexo, idade, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, área de residência e presença de deficiências/transtornos da vítima, bem como sexo e faixa etária do perpetrador, vínculo com a vítima, suspeita de uso de álcool pelo agressor, número de envolvidos e local da ocorrência, caráter de repetição da violência e necessidade de encaminhamento para outros serviços ($p < 0,05$).

Variáveis	N	%	IC 95%	p-valor
Sexo				
Masculino	2.795	66,6	65,1-68,0	<0,001
Feminino	11.469	62,6	61,9-63,3	
Faixa etária				
20 a 29 anos	5.078	63,1	62,1-64,2	0,014
30 a 39 anos	4.970	64,6	63,6-65,7	
40 a 49 anos	2.868	62,0	60,6-63,4	
50 a 59 anos	1.348	62,1	60,0-64,1	
Raça/Cor				
Branca	3.799	60,7	59,5-61,9	<0,001
Preta/Parda	8.696	65,6	64,8-66,4	
Escolaridade				
0 a 4 anos	1.601	72,0	70,1-73,8	<0,001
5 a 8 anos	2.955	67,3	65,9-68,6	
9 anos ou mais	4.692	58,3	57,2-59,4	
Situação conjugal				
Sem companheiro	6.115	61,9	60,9-62,9	<0,001
Com companheiro	6.112	67,3	66,3-68,3	
Deficiências/Transtornos				
Não	10.739	69,2	68,5-69,9	<0,001
Sim	1.293	41,7	39,9-43,4	
Zona de residência				
Urbana/Periurbana	12.248	62,0	61,3-62,7	<0,001
Rural	1.716	77,9	76,1-79,6	
Faixa etária do agressor				
0-25 anos	2.201	62,9	61,2-64,4	<0,001
25 anos e mais	6.375	58,2	57,3-59,1	
Sexo do agressor				
Masculino	9.859	69,8	69,1-70,6	<0,001
Feminino	2.683	42,7	41,5-44,0	
Ambos	255	82,5	77,9-86,4	
Vínculo com a vítima				
Parceiro íntimo (atual ou ex)	6.792	78,4	77,5-79,3	<0,001

Conhecido	3.400	83,6	82,5-84,7	
Desconhecido	1.271	66,9	64,8-69,0	
Suspeita de uso de álcool				
Não	4.639	55,8	54,7-56,8	<0,001
Sim	5.070	73,7	72,6-74,7	
Número de envolvidos				
Um	10.799	59,0	58,3-59,7	<0,001
Dois ou mais	2.083	84,6	83,1-86,0	
Local de ocorrência				
Residência	8493	58,2	57,4-59,0	<0,001
Via pública	2612	78,3	76,8-79,6	
Outros	1373	71,6	69,5-73,5	
Violência de repetição				
Não	4.947	65,3	64,2-66,3	<0,001
Sim	5.985	60,3	59,3-61,2	
Encaminhamento				
Não	2195	58,6	57,0-60,2	<0,001
Sim	10873	63,8	63,1-64,5	

Tabela 2. Análise bivariada da violência interpessoal física notificada na população adulta de acordo com as características da vítima, do agressor e da ocorrência, no estado do Espírito Santo, nos anos de 2011 a 2018.

Fonte: dados do estudo (SINAN).

Após análise ajustada, a violência física se apresentou 13% mais prevalente (RP: 1,13; IC 95%: 1,10-1,16) entre pessoas do sexo masculino. Observou-se maior prevalência entre as vítimas com idades no grupo de 30 e 39 anos (RP: 1,07; IC 95%: 1,02-1,12) comparados com o grupo de 50 a 59 anos, e entre os autodeclarados pretos ou pardos (RP: 1,03; IC 95%: 1,01-1,06) comparados aos de raça/cor autodeclarada branca. Observa-se ainda maior vitimização entre pessoas com até 4 anos de estudos (RP: 1,21; IC 95%: 1,17-1,26) comparada às com 9 anos ou mais, e prevalência 77% maior entre os que não apresentaram deficiências ou transtornos (RP: 1,77; IC 95%: 1,67-1,88). Outras associações encontradas foi o fato de a vítima possuir companheiro (RP: 1,06; IC 95%: 1,03-1,09) e residir em zona rural (RP: 1,14; IC 95%: 1,10-1,18) (Tabela 3).

Quanto às características do agressor, a Tabela 3 revela maior prevalência de perpetradores com menos de 25 anos de idade (RP: 1,07; IC 95%: 1,04-1,10), do sexo feminino (RP: 1,17; IC 95%: 1,14-1,20), com vínculo afetivo de parceiro íntimo (atual ou anterior) com a vítima (RP: 1,35; IC 95%: 1,26-1,44) e com suspeita de uso de álcool por

parte do agressor (RP: 1,07; IC 95%: 1,04-1,10).

Além disso, a violência física esteve associada a participação de dois ou mais agressores no evento (RP: 1,08; IC 95%: 1,05-1,11), acontecendo com 8% mais frequência em via pública (RP: 1,08; IC 95%: 1,05-1,12) e sem caráter de repetição (RP: 1,13; IC 95%: 1,10-1,16) (Tabela 3).

Variáveis	Análise bruta			Análise ajustada		
	RP	IC 95%	p-valor	RP	IC 95%	p-valor
Sexo						
Masculino	1,06	1,04-1,09	<0,001	1,13	1,10-1,16	<0,001
Feminino	1,0			1,0		
Faixa etária						
20 a 29 anos	1,02	0,98-1,06	0,014	1,05	1,00-1,11	0,006
30 a 39 anos	1,04	1,00-1,08		1,07	1,02-1,12	
40 a 49 anos	0,99	0,96-1,04		1,02	0,97-1,07	
50 a 59 anos	1,0			1,0		
Raça/Cor						
Branca	1,0		<0,001	1,0		0,024
Preta/Parda	1,08	1,06-1,11		1,03	1,01-1,06	
Escolaridade						
0 a 4 anos	1,23	1,20-1,27	<0,001	1,21	1,17-1,26	<0,001
5 a 8 anos	1,15	1,12-1,19		1,12	1,09-1,16	
9 anos ou mais	1,0			1,0		
Situação conjugal						
Sem companheiro	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Com companheiro	1,09	1,06-1,11		1,06	1,03-1,09	
Deficiências/Transtornos						
Não	1,66	1,59-1,73	<0,001	1,77	1,67-1,88	<0,001
Sim	1,0			1,0		
Zona de residência						
Urbana/Periurbana	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Rural	1,26	1,23-1,29		1,14	1,10-1,18	
Faixa etária do agressor						
0-24 anos	1,08	1,05-1,11	<0,001	1,07	1,04-1,10	<0,001

25 anos e mais	1,0		1,0			
Sexo do agressor						
Masculino	1,0		<0,001	1,0	<0,001	
Feminino	0,61	0,59-0,63		1,17	1,14-1,20	
Ambos	1,18	1,12-1,25		1,07	1,00-1,16	
Vínculo com a vítima						
Parceiro íntimo (atual ou ex)	1,17	1,13-1,21	<0,001	1,35	1,26-1,44	<0,001
Conhecido	1,25	1,21-1,29		1,26	1,19-1,34	
Desconhecido	1,0			1,0		
Suspeita de uso de álcool						
Não	1,0		<0,001	1,0	<0,001	
Sim	1,32	1,29-1,35		1,07	1,04-1,10	
Número de envolvidos						
Um	1,0		<0,001	1,0	<0,001	
Dois ou mais	1,43	1,40-1,46		1,08	1,05-1,11	
Local de ocorrência						
Residência	0,81	0,79-0,84	<0,001	1,02	0,98-1,07	<0,001
Via pública	1,09	1,06-1,13		1,09	1,05-1,16	
Outros	1,0			1,0		
Violência de repetição						
Não	1,08	1,06-1,11	<0,001	1,13	1,10-1,16	<0,001
Sim	1,0			1,0		

Tabela 3. Análises bruta e ajustada das características da vítima, do agressor e da ocorrência relacionadas à violência interpessoal física notificada na população adulta, no estado do Espírito Santo, nos anos de 2011 a 2018.

Fonte: dados do estudo (SINAN).

DISCUSSÃO

Este estudo aponta a violência física como agravo frequente na população adulta, aparecendo em 63,3% dos casos de violência notificados e estando associada a vítimas do sexo masculino, adultos jovens, declarados pretos ou pardos, com até 4 anos de estudo, sem deficiências ou transtornos, que possuíam companheiro e residiam em zona rural. Esse tipo de violência também esteve associado a agressores com menos de 25 anos de idade, do sexo feminino, com vínculo afetivo de parceiro íntimo (ex ou atual) e com a suspeita de uso de álcool. As características da agressão associadas foram o envolvimento de 2 ou mais agressores, a ocorrência em via pública e o caráter de evento único.

A violência física se mostrou a mais frequente entre as notificações de violência interpessoal, sendo responsável por quase dois terços dos registros (P: 63,3%; IC 95%: 62,7-63,9). O predomínio da notificação de violência física em detrimento dos outros tipos de violência é corrente, uma vez que a compreensão do fenômeno e seus conceitos se confundem, percebendo a violência muitas vezes apenas como uma lesão que deixa marcas visíveis, desconsiderando os outros danos invisíveis aos olhos do observador (FIORINI, 2021). Além disso, para efeito de registro nos sistemas de informação, havendo mais de um tipo de violência em uma ocorrência, prevalece a principal ou aquela que gerou a demanda ao serviço notificador (BRASIL, 2016), favorecendo àquelas com impactos mais perceptíveis.

Sobre as características das vítimas, este estudo identificou prevalência 13% maior de violência física entre adultos do sexo masculino (RP: 1,13; IC 95%: 1,10-1,16). Em pesquisas de base populacional realizadas no Brasil e em outros países (MASCARENHAS, 2021; ÖBERG, HEIMER, LUCAS, 2021) não se observou distinção significativa entre os sexos nesse tipo de violência, apesar das vítimas do sexo feminino predominarem em todos os tipos de violência interpessoal, apontando para a complexa relação do fenômeno com as desigualdades que permeiam a sociedade, principalmente as desigualdades de gênero.

No que diz respeito à idade das vítimas, foi observada maior frequência no grupo entre 30 e 39 anos de idade (RP: 1,07; IC 95%: 1,02-1,12). No Brasil, adultos mais jovens entre 18 e 29 anos de idade predominam entre as vítimas de violências, inclusive nas tipificadas como físicas (MASCARENHAS, 2021).

A associação revelada entre a violência física e vítimas declaradas pretas ou pardas (RP: 1,03; IC 95%: 1,01-1,06) deve ser analisada observando a complexidade do fenômeno. Apesar dessa relação ser apresentada em outros estudos (MASCARENHAS, 2021), a desigualdade racial no país reflete diretamente tanto nas políticas sociais e de segurança quanto nas violências, não permitindo sua análise descolada do cenário socioeconômico brasileiro.

Essa reflexão também se estende quando verificamos a associação entre a violência física e vítimas com até 4 anos de estudo (RP: 1,21; IC 95%: 1,17-1,26). Esse agravamento tem maior prevalência e evidência entre pessoas com menores condições socioeconômicas, postas as diferenças na coesão social, na autonomia e nas relações estabelecidas nesse cenário (SOARES; GUIMARÃES; BONFADA, 2021).

Este estudo apresentou, ainda, frequência 77% maior de violência física entre as vítimas que não possuíam deficiências ou transtornos (RP: 1,77; IC 95%: 1,67-1,88). Esse dado deve ser analisado com cautela, uma vez que pode ser particularmente difícil para as pessoas com deficiências ou transtornos denunciarem agressões sofridas, seja por dependência ou medo dos seus algozes, ou mesmo por dificuldades de expor eventos traumáticos e ter seus relatos validados pelas instituições (DAMMEYER; CHAPMAN, 2018).

Ainda entre os casos notificados de violência física, foi observada a associação com o vínculo de parceiro íntimo (atual ou anterior) (RP: 1,35; IC 95%: 1,26-1,44). Seguindo a mesma linha, também foi observada maior frequência de violência física entre as vítimas que declararam possuir companheiro (RP: 1,06; IC 95%: 1,03-1,09). Esse resultado traz consigo o peso das relações afetivas nas quais impera a dominação, a subordinação e as desigualdades entre direitos e deveres das partes, realidade crescente em muitos lares brasileiros com pouca ou nenhuma interferência externa (MOROSKOSKI, 2021). Esse resultado insere a violência não apenas nos ambientes sociais e coletivos, mas também no espaço restrito e privado do cotidiano dos indivíduos.

Sobre a área de residência das vítimas, a violência física notificada esteve associada às residentes em zona rural (RP: 1,14; IC 95%: 1,10-1,18). Esse resultado é preocupante do ponto de vista das instituições assistenciais, uma vez que essas comunidades enfrentam a escassez e a distância de equipamentos públicos e de serviços de assistência social, de saúde e de segurança pública, normalmente concentrados em áreas urbanas, potencializadas por realidades socioeconômicas precárias e limitadas oportunidades de trabalho e renda, fatores vulnerabilizantes para a constituição de situações de violência (BUENO; LOPES, 2018).

No que se refere às características dos agressores, foi observada maior frequência de violência física entre perpetradores mais jovens com até 25 anos de idade (RP: 1,07; IC 95%: 1,04-1,10). De maneira geral, as pesquisas apontam para agressores jovens, quando observamos menor controle emocional, frustração frente a mecanismos de autocontrole e imaturidade afetiva (MELO *et al.*, 2021).

Na direção oposta de outros estudos da área (BARBOSA *et al.*, 2019), os resultados apontaram para uma frequência de violência física notificada maior entre agressores do sexo feminino (RP: 1,17; IC 95%: 1,14-1,20). A violência atravessa com intensidades diferentes a vida dos indivíduos, a começar pelos papéis assumidos, em um cenário onde os homens são mais propensos a serem os perpetradores e as mulheres são geralmente as vítimas, e quando a violência é provocada por mulheres, deve-se pela motivação da autodefesa e do medo, enquanto a violência perpetrada por homens perpassa pelo desejo de controle e dominação (SWAN *et al.*, 2008).

Em consonância com a literatura (LEITE *et al.*, 2019; MASCARENHAS *et al.*, 2020), a violência física se apresentou associada à suspeita de uso de álcool por parte do agressor (RP: 1,07; IC 95%: 1,04-1,10). A presença do álcool nas ocorrências aumenta as chances de vitimização (ALANGEA *et al.*, 2018), uma vez que seu uso causa desinibição comportamental, interferindo na autorregulação comportamental, perpetuando o ciclo de consumo e violência (SANTOS *et al.*, 2019).

Além disso, a violência física esteve associada à participação de dois ou mais agressores no evento (RP: 1,08; IC 95%: 1,05-1,11), resultado distinto do observado em outros estudos sobre a temática, onde o evento possui registro de apenas um algoz

(LAWRENZ *et al.*, 2018; MADEIRO *et al.*, 2019).

Os resultados apresentaram ainda a via pública como principal local de ocorrência das agressões na população adulta (RP: 1,09; IC 95%: 1,05-1,12), contrariamente a diversas outras pesquisas nacionais. A residência foi apontada como o principal local de ocorrência da violência física entre adultos em estudo brasileiro realizado com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (MASCARENHAS, 2021), seguindo a mesma linha de outro entre homens adultos na cidade de São Paulo (ARMOND, 2020), assim como em outro realizado com mulheres no estado do Piauí (MADEIRO, 2019) e ainda outro entre grupos vulneráveis de todo o país (SOARES, 2021).

A violência física entre adultos não apresentou caráter de repetição (RP: 1,13; IC 95%: 1,10-1,16), semelhante a outras pesquisas brasileiras (MASCARENHAS, 2021) que também trazem esse tipo de violência com característica de evento único, diferente de outras violências, como a sexual e a psicológica, que pressupõem maior proximidade com o agressor, incompreensão do abuso e sentimentos de humilhação e culpa pela vítima.

Este estudo apresenta algumas limitações referentes ao seu delineamento e ao uso de dados secundários, provenientes dos casos notificados que chegaram nos serviços assistenciais, restringindo as análises da relação de causalidade entre as variáveis e limitando os resultados. Entretanto, contribui para o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e aponta para sua necessidade de ampliação, uma vez que se apresenta como um dos principais instrumentos de monitoramento e avaliação das ações estratégicas de enfrentamento da violência no país.

CONCLUSÃO

A violência é um fenômeno amplo presente em todos os ciclos de vida dos indivíduos. Para tanto, este estudo se apresenta como pioneiro entre as publicações sobre notificações de violência física na população adulta do estado do Espírito Santo, apresentando suas associações com vítimas mais jovens, do sexo masculino, pretos e pardos, com até 4 anos de estudo, sem deficiências ou transtornos, que possuíam companheiro e viviam em área rural. Esteve relacionado ainda a agressores menores de 25 anos de idade, do sexo feminino, parceiro íntimo da vítima e com relato de uso de álcool, além da presença de 2 agressores ou mais na ocorrência, em via pública e de caráter único.

Assim posto, torna evidente a necessidade de capacitar as equipes assistenciais para melhor atender e identificar as vítimas de violência, bem como fortalecer os sistemas de informação para potencializar os registros e as análises dos dados gerados e, por conseguinte, embasar as políticas e ações de enfrentamento à violência. A temática da violência ganha potência no campo da saúde por suas diretrizes que destacam a promoção das ações e a prevenção dos agravos. Nesse cenário, a identificação precoce dos casos e a prevenção de eventos implica diretamente na redução do número de mortes por causas

evitáveis e na diminuição dos impactos da violência na vida dos indivíduos e de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALANGEA, Deda Ogum et al. Prevalence and risk factors of intimate partner violence among women in four districts of the central region of Ghana: Baseline findings from a cluster randomised controlled trial. **PloS one**, v. 13, n. 7, 2018, e0200874.

ARMOND, Jane De Eston et al. Uma visão geral de um país em desenvolvimento sobre homens vítimas de violência física e sexual. **Nursing** (São Paulo), v. 23, n. 269, 2020, p. 4741-4750.

BARBOSA, Kevan Guilherme Nóbrega et al. Epidemiological and spatial characteristics of interpersonal physical violence in a Brazilian city: A comparative study of violent injury hotspots in familial versus non-familial settings, 2012-2014. **PLoS One**, v. 14, n. 1, 2019, e0208304.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 104/GM de 25 de janeiro de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, p. 37-37, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e a Promoção da Saúde. **Viva: Instrutivo Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada**. 2016.

BUENO, André Luis Machado; LOPES, Marta Julia Marquesrural. Women and violence: readings of a reality that approaches fiction. **Ambiente & Sociedade**. v. 21, 2018, e01511. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18L1AO>.

DAMMEYER, Jesper; CHAPMAN, Madeleine. A national survey on violence and discrimination among people with disabilities. **BMC public health**, v. 18, n. 1, 2018, p. 1-9.

FIORINI, Vanessa Russi; BOECKEL, Mariana Gonçalves. Violência Interpessoal e suas Repercussões na Saúde em um Hospital de Pronto-Socorro. **Psico-USF**, v. 26, p. 129-140, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: 2019**. Informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LAWRENZ, Priscila et al. Violence against Women: Notifications of Health Professionals in Rio Grande do Sul. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 34, 2018, e34428. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34428>

LEITE, Franciéle Marabotti Costa et al. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 22, 2019, e190056. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190056>.

MADEIRO, Alberto et al. Violência física ou sexual contra a mulher no Piauí, 2009-2016. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 7, n. 3, (Jul-Set) 2019, p. 258-264.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 23, n. Suppl 01, 2020, e200007. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. Prevalência de exposição à violência entre adultos–Brasil, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021.

MELO, Cilene Aparecida de Souza et al. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres no Município de Marabá–PA. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, 2021, e334101119572.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 23, n. 6, 2018, pp. 2007-2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018>.

ÖBERG, Mariella; HEIMER, Gun; LUCAS, Steven. Lifetime experiences of violence against women and men in Sweden. **Scandinavian journal of public health**, v. 49, n. 3, 2021, p. 301-308.

SANTOS, Marcos Silva dos et al. Fatores associados ao uso do álcool entre homens autores de violência por parceiro íntimo no Ceará. **J. Health Biol. Sci.**, vol. 7, n. 4, out-dez 2019, p. 341-350. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v7i4.2677.p341-350.2019>

SOARES, Marcelo Luiz Medeiros; GUIMARÃES, Natália Guedes Miguel; BONFADA, Diego. Tendência, espacialização e circunstâncias associadas às violências contra populações vulneráveis no Brasil, entre 2009 e 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, 2021, p. 5751-5763.

SWAN, S.C.; GAMBONE, L.J.; CALDWELL, J.E.; SULLIVAN, T.P.; SNOW, D.L. A review of research on women's use of violence with male intimate partners. **Violence and Victims**, vol. 23, n. 3, 2008, p. 301–314. DOI: <https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.3.301>

WHO. World Health Organization. Global Consultation on Violence and Health. **Violence: a public health priority**. Geneva, World Health Organization, 1996.

WHO. World Health Organization. **Injuries and violence**. 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/injuries-and-violence>> Acesso em: 25 novembro 2021.

REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS NÃO-HETEROSSEXUAIS EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA RELIGIOSA

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 23/06/2022

Janine Targino

IUPERJ/UCAM

Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/4168501153374570>

RESUMO: Esta comunicação tem a intenção de descrever e analisar a trajetória de indivíduos não-heterossexuais no que diz respeito a busca por afastamento do uso de substâncias no âmbito de uma comunidade terapêutica religiosa (CT). Ao longo da discussão nos nortearmos pela definição de CT presente em Ribeiro & Minayo (2015), na qual as CT's são identificadas como espaços financiados ou cofinanciados por entidades religiosas e pelo Estado que atuam com o objetivo de recuperar usuários de substâncias fundamentalmente através da abstinência. Além disso, nota-se que as CT's expandem o raio de alcance de igrejas que se empenham em promover a evangelização em *bocas de fumo* e *cracolândias*. Através da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa, pode-se concluir que, quando adentram uma CT em busca de tratamento, indivíduos identificados como não-heterossexuais são recebidos e atendidos sob circunstâncias singulares e sujeitos a discursos profundamente atravessados por moralidades religiosas e não religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Uso de substâncias; Comunidade Terapêutica; Indivíduos não-

heterossexuais.

REFLECTIONS ABOUT THE CARE OF NON-HETEROSEXUAL INDIVIDUALS IN A RELIGIOUS THERAPEUTIC COMMUNITY

ABSTRACT: This paper intends to describe and analyze the trajectory of non-heterosexual individuals about the search for withdrawal from substance use within a religious therapeutic community (TC). Throughout the discussion, we will be guided by the definition of TC present in Ribeiro & Minayo (2015), in which TC's are identified as spaces financed or co-financed by religious entities and the State that act with the objective of recovering substance users, fundamentally through abstinence. In addition, it is noted that the TCs expand the reach of churches that are committed to promoting evangelization in *bocas de fumo* and *cracolândias*. Through the analysis of the data collected during the research, it can be concluded that, when they enter a TC in search of treatment, individuals identified as non-heterosexual are received and treated under unique circumstances and subject to discourses deeply traversed by religious moralities and not religious.

KEYWORDS: Substance use; Therapeutic Community; Non-heterosexual individuals.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem a intenção de descrever e analisar a trajetória de indivíduos não-heterossexuais no que diz respeito a busca por afastamento do uso de substâncias no

âmbito de uma comunidade terapêutica religiosa (CT). O material analisado é proveniente de entrevistas semiestruturadas e observações de campo realizadas com mulheres acolhidas¹ em uma CT vinculada a um grupo católico carismático. As coordenadoras desta CT foram igualmente ouvidas em entrevistas semiestruturadas.

Os dados serão analisados sob o prisma dos conceitos de moral – religiosa e não-religiosa – e conversão. Assim sendo, os relatos das acolhidas e das coordenadoras da CT serão esmiuçados com o objetivo de apreendermos como, no processo de acolhimento dessas mulheres, os discursos e moralidades presentes na cosmologia religiosa são mobilizados enquanto recursos entendidos como capazes promover alterações na carreira moral (GOFFMAN, 1988) de indivíduos não-heterossexuais.

Ao longo da discussão nos nortearmos pela definição de CT presente em Ribeiro & Minayo (2015), na qual as CT's são identificadas como espaços financiados ou cofinanciados por entidades religiosas e pelo Estado que atuam com o objetivo de recuperar usuários de substâncias fundamentalmente através da abstinência. Destaca-se que o principal projeto terapêutico das CT's é o tratamento religioso, que pode substituir ou agregar outras modalidades de tratamento, como a medicamentosa, por exemplo. Além disso, nota-se que as CT's expandem o raio de alcance de igrejas que se empenham em promover a evangelização em *bocas de fumo* e *cracolândias*.

Através da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa pode-se concluir que, quando adentram uma CT em busca de acolhimento, indivíduos identificados como não-heterossexuais são atendidos sob circunstâncias singulares e sujeitos a discursos profundamente atravessados por moralidades religiosas e não religiosas.

ALGUNS PONTOS PARA UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Um ponto bastante sensível dentro da CT foco da pesquisa são os relacionamentos homoafetivos que eventualmente surgem e se desenvolvem entre as acolhidas. Algumas delas relataram em suas entrevistas que, antes de aderir ao tratamento contra o uso de substâncias nesta CT, se relacionavam afetivamente com pessoas do mesmo sexo e se autodefiniam, até então, como indivíduos homossexuais. Inclusive as entrevistas captaram casos em que as acolhidas deixaram de se identificar ou se apresentar como homossexuais em função do início do tratamento, uma vez que os preceitos aplicados no bojo de um tratamento religioso para a dependência química expressam certa intolerância com indivíduos que não performam heterossexualidade. Provavelmente por isso, essas mulheres encontram dificuldades em gerir uma nova economia dos afetos² dentro dos

¹ Ao longo do texto será usado o termo “acolhida” para se referir às mulheres atendidas na CT. A utilização desse termo tem por objetivo expressar a condição em que essas mulheres se encontram e como elas se reconhecem, uma vez que elas permanecem nessa instituição voluntariamente e podem sair a qualquer momento. No entanto, é importante ressaltar que esse é um termo êmico que tem sido utilizado no universo das CTs, mas que não reflete, necessariamente, uma definição amplamente aceita nos campos de política de drogas e saúde, e sua utilização pelas CTs é controversa.
² Aqui, aplicou-se o conceito de economia dos afetos, conforme Spinoza (2009) para tratar das normas compartilhadas

muros desta CT, onde não podem estabelecer relacionamentos homoafetivos com suas colegas de acolhimento.

Todavia, ainda que exista esta clara restrição aos relacionamentos homoafetivos, a pesquisa se deparou com dois casos em que as acolhidas conseguiram burlar as normas institucionais e, ainda assim, permaneceram na CT. No primeiro caso, Salete³, 37 anos, relatou que ao ingressar no tratamento, se aproximou de uma outra jovem a qual correspondeu suas investidas amorosas. Embora estivesse ciente de que não poderia estabelecer nenhum tipo de relacionamento homoafetivo dentro da instituição, Salete assumiu uma postura bastante discreta para que sua aproximação desta jovem não fosse percebida pelas coordenadoras da instituição. E foi assim que ela viveu um breve relacionamento onde as trocas de cartas escondidas e se sentar uma ao lado da outra durante as missas eram alguns dos únicos momentos possíveis para trocas de afetos. Este relacionamento platônico - onde o contato físico era quase impossível – encerrou após as coordenadoras descobrirem o que estava ocorrendo e colocá-las em alojamentos distantes um do outro.

O segundo relato nos é apresentado por Cássia⁴, de 22 anos, recém-chegada à CT onde já nos primeiros dias de acolhimento iniciou um relacionamento com outra jovem que igualmente acabara de ingressar no tratamento. Segundo Cássia, as duas se conheceram no momento da triagem⁵ e, desde então, começaram um relacionamento amoroso atravessado por diversas brigas provocadas por ciúmes de ambas as partes. Estas brigas acabaram por colaborar para a exposição do relacionamento do casal e, diante disso, a coordenação da CT tomou algumas medidas para afastá-las. Entretanto, mesmo com o afastamento, as brigas por ciúmes continuaram, especialmente porque Cássia passou a ser bastante assediada por outras acolhidas da instituição. As brigas cessaram apenas quando a namorada de Cássia decidiu abandonar o tratamento dois meses após chegar à CT.

Estes dois relatos nos mostram a necessidade de considerar a agência (GIDDENS, 2009) das acolhidas diante das instruções definidas pela instituição. É notório que existe um empenho considerável no sentido de impedir que estes relacionamentos aconteçam durante o tratamento. Mas, nas interações diárias que estas mulheres estabelecem entre si existem brechas que elas são capazes de explorar de forma muito criativa para burlar as regras institucionais.

Para além das restrições impostas pela CT à homossexualidade, faz-se necessário considerar como tais interdições estão diretamente relacionadas com a construção do ideal de mulher buscado pelas religiões cristãs. Em estudos anteriores (TARGINO, 2017;

que orientam as restrições e permissões empregadas para as expressões amorosas.

3 Nome fictício.

4 Nome fictício.

5 Esta triagem, que dura entre duas e três semanas, tem a intenção de preparar as acolhidas novatas para efetivamente ingressarem na CT.

TARGINO & MESQUITA, 2018, 2020), foi possível constatar que no âmbito de CTs católicas e evangélicas existe o compartilhamento de moralidades - religiosas e não religiosas - que servem de base para a construção do que seria o modelo ideal de mulher cristã. De acordo com essa perspectiva, tal modelo se sustenta sobre o tripé “boa mãe + boa esposa + boa fiel” que, segundo as moralidades compartilhadas nas instituições em tela, seria inalcançável pelas mulheres usuárias de drogas, assim como também pelas mulheres que não vivenciam e performam heterossexualidade. Ainda, quando observamos esta questão por outro ângulo, podemos perceber que há nestas instituições a compreensão de que o cumprimento das orientações que envolvem a maternidade, o casamento e a igreja constituem a estratégia mais consistente para que estas mulheres atinjam o pleno afastamento do uso de drogas. Em suma, podemos dizer então, que a verdadeira mulher cristã é aquela que se dedica plenamente ao marido (casamento), à família e à igreja.

Nesse cenário, não há de forma alguma espaço para a construção de qualquer modalidade diferente de núcleo familiar ou de relacionamento afetivo que não esteja comprometido com o modelo heteronormativo defendido, inclusive, pelos setores mais conservadores da sociedade como o único possível. Por isso, a nova economia dos afetos à qual as acolhidas estão submetidas implica no completo afastamento de qualquer tipo de relacionamento que possa ser interpretado pela equipe dirigente da instituição como inadequado.

Com a intenção de evitar toda forma de aproximação considerada inadequada entre as acolhidas, encontramos na CT observada algumas regras que, quando não são cumpridas, levam à aplicação de sanções. Trocas de olhares, carícias ou outras expressões de afeto vistas como “perigosas” são terminantemente proibidas. Nos casos em que as acolhidas descumprem essa determinação, elas recebem punições que vão desde a exclusão de alguma atividade de lazer até a expulsão permanente da instituição. Na entrevista concedida por uma das coordenadoras, ela mencionou que alguns casais homoafetivos – formados dentro da comunidade terapêutica e que recusaram se separar – foram expulsos da instituição como forma de exemplo para as demais acolhidas. Em outros casos, de acolhidas que tentaram se relacionar amorosamente, mas que aceitaram o afastamento imposto pela instituição, permitiu-se a permanência delas na instituição.

Sim, já tivemos situações aqui em que elas confundiram as coisas. A gente tenta instruir e mostrar que isso aqui dentro não pode acontecer. E quando elas não aceitam nossas instruções, o único jeito é a expulsão. Mas também têm as meninas que aceitam o que a gente fala, como a Carla e a Vitória⁶, que no começo estavam muito próximas e agora não dão mais dor de cabeça pra gente (Coordenadora da CT, 41 anos).

Para além da questão dos afetos entre as mulheres e dos impedimentos impostos aos mesmos, há outro ponto que merece ser destacado, pois diz respeito à performance

⁶ Nomes fictícios.

pública que se espera destas acolhidas. Algo que surgiu com muita força nas entrevistas foi o apelo da instituição analisada no sentido de estimular o desenvolvimento da “feminilidade” das mulheres em tratamento como uma maneira de reconstruir suas carreiras morais (GOFFMAN, 1988), afastá-las - quando necessário – de relacionamentos homoafetivos e torná-las mais próximas do ideal de mulher cristã que tratamos anteriormente. Nessa perspectiva, um dos recursos fortemente acionados trata do uso de vestuário entendido como mais adequado à rotina da CT, excluindo-se, por exemplo, o uso de roupas decotadas ou justas, muitas vezes associadas a um estilo de vestir e a condutas estigmatizadas (GOFFMAN, 1988, p. 14) que precisam ser redefinidas a partir da internação. Ao mesmo tempo, veta-se o uso de peças do vestuário masculino, uma vez que o uso delas é entendido internamente como um grave descumprimento das orientações acerca do ideal feminino. Justamente para evitar que as acolhidas se vistam de maneira classificada como inadequada, a instituição conta com um guarda-roupas coletivo onde todas as acolhidas podem usufruir de roupas, calçados e acessórios considerados apropriados.

O exercício desta modalidade de controle sobre os corpos femininos revela que esta CT está sobremaneira comprometida com uma perspectiva onde o pudor, o recato e a feminilidade devem ser estimulados entre as acolhidas. Importante destacar que, segundo a perspectiva compartilhada internamente, a performance feminina – com uso de roupas, calçados e acessórios classificados como “femininos” – estabelece um contraponto importante com homossexualidade feminina. Ou seja, de acordo com a retórica sustentada dentro da CT – e, diga-se de passagem, não só nesta instituição, mas também em diversos nichos da sociedade mais abrangente – a homossexualidade feminina é compreendida como uma experiência que passa necessariamente pela adoção de elementos “masculinizantes” – como o uso, por exemplo, de peças do vestuário masculino. Dessa forma, a orientação para que as acolhidas se vistam de maneira “feminina” é entendida como uma estratégia para que elas cumpram as expectativas alimentadas pela instituição no que tange à performance “correta” para as mulheres.

ONDE FICA O INDIVÍDUO NÃO-HETEROSSEXUAL?

Destaque especial precisar ser dado à presença dos recursos religiosos acionados pela CT, uma vez que eles são fundamentais para que possamos melhor apreender as experiências das acolhidas não-heterossexuais no âmbito das condições de tratamento oferecidas nesta instituição. De acordo com os relatos obtidos, a inserção das mulheres nesta CT as leva a uma nova compreensão a respeito de si mesmas e de qual performance deveriam exercer não apenas dentro da instituição, mas também diante da sociedade mais abrangente. A discussão aqui apresentada ainda precisa ser melhor desenvolvida em vários aspectos, tendo em vista que a observação acerca da questão principal desta comunicação se desdobra em diversos outros tópicos.

Por fim, diante de tudo que fora exposto até aqui, nos parece ser mais adequado falarmos de um “não lugar” ocupado pela mulher não-heterossexual dentro da CT. Os preceitos e moralidades aplicados internamente nesta instituição apontam para a necessidade da vivência de uma performance que coadune com as expectativas sustentadas dentro da cosmologia religiosa. Em função disso, ser, agir e se definir como homossexual é compreendido como algo que precisa ser absolutamente evitado pelas mulheres em acolhimento. Dentro desta CT não há espaço para qualquer tipo de experiência que não esteja profundamente alinhada às concepções heteronormativas amplamente defendidas não só por determinados grupos religiosos, como também por demais nichos conservadores presentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; MINAYO, Maria Cecília de Souza. As Comunidades Terapêuticas religiosas na recuperação de dependentes de drogas: o caso de Manguinhos, RJ, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2015, v. 19, n. 54.

TARGINO, Janine. Estudo de caso sobre comunidades terapêuticas religiosas. Ciencias sociales y religión/Ciências Sociais e Religião, v. 19, p. 75-92, 2017.

_____; MESQUITA, Wania. Mulheres em tratamento em uma comunidade terapêutica religiosa: relatos e experiências sobre dependência química. In: 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu, MG. Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018. p. 1-22.

_____. O nascimento da boa mulher cristã: notas sobre a experiência de mulheres adictas em uma comunidade terapêutica religiosa. Religare, v. 17, n. 2, 2020.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAPÍTULO 8

AS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DAS BODAS DE CANÁ (JO 2,1-11)

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 14/06/2022

Josymara Dias de Paula

Goiânia-GO

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=5F2ED6B0F02B17C8702AE79B1B3E6D7C

RESUMO: Este artigo se trata do tema de minha dissertação de mestrado, cujo trabalho pesquisado foi sobre as mulheres do Evangelho de João e o papel destas mulheres e casais na formação da igreja primitiva, com o objetivo de reconstruir seus papéis que foram esquecidos diante da história fazendo memórias aos espaços que elas conquistaram para trazer a importância não somente do masculino, mas também do feminino, dentro da religião, o que busco fazer memória de dessas mulheres que foram protagonistas de suas próprias histórias de vida. Diante disto, reconstruindo as relações de gênero que foram se perdendo no tempo principalmente em relação da importância do papel feminino na igreja primitiva juntamente com os discípulos. O ponto de partida é a festa de casamento nas Bodas de Caná onde Jesus transforma a água em vinho através do pedido de sua mãe Maria. Logo em seguida falo sobre o papel da mulher Samaritana para com a unidade da igreja, ademais sobre Maria e Marta e a importância da diaconia e Maria de Magdala a discípula da ressurreição. Contudo, trago a ação

Jesus e Maria nas Bodas de Caná como meio de ressignificar as relações de homens e mulheres em meio a tantas causas de violências, como a violência doméstica cujo aumento foi significativo diante da pandemia do COVID 19.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Protagonismo de Mulheres e Religião.

GENDER RELATIONS FROM THE MARRIAGE OF CANA (JO 2,1-11)

ABSTRACT: This article deals with the theme of my master's thesis, whose researched work was about the women of the Gospel of John and the role of these women and couples in the formation of the primitive church, with the objective of reconstructing their roles that were forgotten in the face of history making memories to the spaces they conquered to bring the importance not only of the masculine, but also the feminine, within religion, which I seek to make memory of these women who were protagonists of their own life stories. In view of this, reconstructing the gender relations that were lost in time mainly in relation to the importance of the female role in the early church together with the disciples. The starting point is the wedding feast at the Wedding at Cana where Jesus turns water into wine at the request of his mother Mary. Then I talk about the role of the Samaritan woman towards the unity of the church, also about Mary and Martha and the importance of diakonia and Mary of Magdala the disciple of the resurrection. However, I bring the Jesus and Mary action at the Wedding in Cana as a means of re-signifying the relationships of men and women in the midst of so many causes of

violence, such as domestic violence whose increase was significant in the face of the COVID 19 pandemic.

KEYWORDS: Gender; Protagonism Of Women And Religion

A FESTA DE CASAMENTO NAS BODAS DE CANÁ (JO 2,1-11)

A partir do século II, como diz no texto Tosefta (*apud* JEREMIAS, 1983, p. 337) estas festas tinham o intuito de participar de associações de interesse público (*heber ir*), e assim, se consagrar às obras de caridade, mas também de observar as prescrições litúrgicas. Conforme Gondim; Gondim (2012, p. 73) o casamento na tradição judaica era muito respeitado e compreendido como sagrado entre o homem e a mulher. E o que foi construído também que se destaca na bíblia é que nos casamentos a mulher era submissa ao homem (Ef 5,21-6,1), desde a casa até as organizações sociais, econômicas e políticas (STRÖHER, 2000, p. 37). Para Arens (*apud* DUARTE, 2018, p. 294), porém, “a princípio, os casamentos não tinham relação com o amor, eram arranjados por motivos econômicos” e esclarece que a possibilidade de casar era restrita aos nascidos livres, não significando que quem não fosse ‘cidadão’ não poderia se casar, mas por estar em condição ilegítima, fora da lei, era visto como *contubernium*¹, pois não possuíam respaldo legal. Conforme Jeremias (1983, p. 479-480) era o pai que escolhia o marido da filha mesmo sem que ela concordasse.

Em se tratando de uma tradição tão importante para a fé e a vida das pessoas e comunidades judaicas, o casamento deve ser perpassado por amor e alegria (GONDIM; GONDIM, 2012, p. 74). Para além da realização e da festa de casamento, convém lembrar que, no que se refere à situação de mulheres e com base em Jeremias (1983, p. 485), que elas eram praticamente excluídas das relações sociais. Esta realidade está presente no próprio texto, porque a noiva nem sequer é mencionada, mas apenas o noivo, com quem Jesus fala. A mulher, contudo, como esposa, tinha deveres, entre os quais estava cuidar das necessidades do lar e do marido, trabalhar para adquirir alguma renda, a qual passava aos cuidados do marido; caso desobedecesse a um desses requisitos estaria agindo contra os deveres religiosos. Também Ströher (2000, p. 40) afirma que a submissão das mulheres é justificada social e politicamente, mas acrescenta de forma crítica que, no contexto do casamento (no caso cristão), os maridos devem amar suas esposas com base na igualdade. Contudo, este desafio e esta possibilidade de transformação são complexos, sendo que até hoje a submissão das mulheres e a violência contra mulheres, especialmente dentro dos casamentos, continua existindo, visto que, a sociedade construiu e mantém relações desiguais entre homens e mulheres.

É possível, pois, inspirar-se nas atitudes de mulheres e de homens da comunidade

1 Expressão em latim que significa: companhia. Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=tradutor+google&oq=trad&aqs=chrome.69i59j0j69i57j0l5.1850j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> > Acesso em: 05 de ago. 2020. 11:07.07.

joanina para essas transformações socioculturais, já que elas e eles buscaram vivenciar os valores evangélicos deixados por Jesus como demonstração do seu seguimento (FEHRIBACH, 1988, p. 24-25).

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO EVANGELHO DE JOÃO

Acerca de Maria no Evangelho de João, Richter Reimer (2013, p. 19) destaca que:

[...] é mencionada apenas duas vezes: ela protagoniza logo no início da atuação pública de Jesus, por ocasião de um casamento em Caná da Galileia (Jo 2, 1-12), e nesse contexto que também aparecem os irmãos de Jesus. Além disso, Maria reaparece apenas mais uma vez, ao lado de sua irmã anônima, junto à cruz de Jesus (19,25-27). Aqui, destaca-se Maria como mulher judia que teve filhos e filha, que teve (no mínimo) uma irmã, e também como mãe que acompanha seu filho em sua práxis desde o início de seu ministério até sua morte de cruz.

Maria presente nas Bodas de Caná (Jo 2,1b) diz a Jesus: “Eles não tem mais vinho” (Jo 2,3b). Jesus responde: “Que queres de mim, mulher? (Jo 2,4), conforme Murad (2012, p. 92): “quando Jesus chama sua mãe de ‘mulher’ não a ofende, ao contrário mostra o valor dela, como mulher e figura feminina efetiva e simbólica da comunidade cristã”. Acrescenta também Leite (2015, p. 34-35) que a narrativa tem um conteúdo simbólico-teológico que está na falta de amor que aquele povo estava vivendo em suas relações com Javé. “Núpcias sem vinho é matrimônio sem amor” (LEITE, 2015, p. 34). Com isto, Maria faz parte deste ‘vinho novo’ que estreita as relações do povo com Deus. O ser humano necessita de amor, compreensão, e Maria vê o que estava acontecendo e não pede para si, mas para os outros (MURAD, 2012, p. 92). E assim, chama a atenção de Jesus sobre a realidade que aquele povo estava vivenciando (LEITE, 2015, p. 35), para que Jesus os libertasse da incapacidade de amar (PAGOLA *apud* LEITE, 2015, p. 35), o que nos deixa claro no texto o papel de Maria como protagonista.

Já a mulher Samaritana corrobora Leite (2015, p. 42-43) que através deste diálogo de Jesus com ela acontece o verdadeiro nascimento da comunidade joanina, pois aqui percebe-se a diferença da raça, culto e cultura, em que há diferenças marcantes. Os samaritanos eram vistos como pagãos e marginalizados pelos judeus fariseus (Jo 8,48), estes o consideravam hereges por questões culturais. Visto que, após este encontro a Samaritana torna-se discípula e missionária de Jesus. Konings (2000) acrescenta que os escribas e fariseus davam valor ao conhecimento, o empenho de ‘perscrutar as Escrituras’, mas desprezavam os simples dizendo que ‘não conhecem a lei’ (Jo 7,49). No entanto, o Jesus joanino diz que nada serve o conhecimento das lideranças se não acreditam nele (Jo 3,10;5,39 etc.), mas que em compensação os cristãos conhecem ‘Deus em Jesus’. O autor finaliza dizendo que podemos perceber isto hoje como quem na busca do saber religioso transforma seu conhecimento em posse, para se sentir superior aos outros, e assim, as

pessoas dizem que conhecem o evangelho por inteiro, mas na verdade não veem nele a ação transformadora do amor fraterno.

Por fim, de acordo com Konings (2000, p. 55) vemos no Quarto Evangelho mediante esta passagem da Samaritana, cujo período seria em meados do século I propriamente em Jâmnia, um distanciamento do Império Romano de cultura helenista, que deixa um conflito aberto com o judaísmo dominante, mas que tanto os discípulos de Jesus, ou seja, que já faziam parte da comunidade joanina, quanto os que ainda não o eram como a Samaritana e os outros samaritanos que através do anúncio daquela ‘mulher’ passaram também a fazer parte da comunidade joanina, e assim, a comunidade joanina crescia em número e também cada vez mais na fé em Jesus o Cristo.

Adentrando em Maria e Marta de Betânia é significativo o protagonismo dessas mulheres no discipulado de Jesus. Começamos então a falar da participação de Marta que conforme Fehribach (2001, p. 172) demonstra ser mais ativa, uma mulher independente e de domínio de si, que expressa sua fé em Jesus mesmo ele não podendo estar lá quando seu irmão Lázaro ainda estava doente, pois era o único parente vivo que ela e sua irmã Maria tinham. Segundo Jaubert (1985, p. 81) a confissão de fé de Marta é a mesma da comunidade que depois vai aderir a Cristo (Jo 11,27). Neste texto veremos o protagonismo de Maria de Betânia irmã de Marta e Lázaro amigos de Jesus. O texto remete seis dias antes da Páscoa (Jo 12,1), em que Maria, Marta e Lázaro oferecem um jantar a Jesus, Lázaro estava à mesa com ele, e Marta o servia (Jo 12,2), enquanto que Maria ungia os pés de Jesus com perfume de nardo puro, e enxugava com seus cabelos (Jo 12,5). Por fim, conforme Valério (2005, p. 1451) Jesus defende o gesto de uma mulher (Jo 12,7), que ungira Jesus preparando ele para o seu sepultamento, mediante um perfume de nardo, cujo valor era altíssimo, enquanto que Judas Iscariotes preparava para entregar Jesus (Jo 12,4), por algumas moedas de prata nas mãos dos sumos sacerdotes e chefes da lei. Assim, mais uma vez uma mulher se torna exemplo do verdadeiro discipulado de Jesus.

Maria de Betânia reporta o exemplo de discipulado da comunidade joanina na prática (TONINI, 2000, p. 34), cujo ofício estabelecido era a diaconia. Segundo Stegemann; Stegemann (2004, p. 423), a palavra *diakoneîn* designa de forma reduzida a tarefa de servir referindo-se somente à mesa, visto que, este papel era designado às mulheres, mas que pode ser abrangente e referir-se também aos cuidados para com às pessoas. E, por isto, as mulheres estariam aptas a servir não somente à mesa, mas também às pessoas, e isto, foi feito por Maria quando ungiu os pés de Jesus, e denominada a discípula fiel, que contrasta com Judas, o traidor, discípulo infiel que desacreditou com toda sua objeção masculina (TONINI, 2000, p. 34), se colocando contra o discipulado de Jesus. Por fim, Schottroff (*apud* STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 424) designa o servir numa visão de seguimento pela participação de mulheres no movimento de Jesus e estabelece início de uma nova forma de servir/*diakonoí*, onde todos/as podem servir tanto à mesa, quanto às pessoas, independente do gênero- hierárquico de trabalho, rompendo com o suprimento

de trabalho realizado somente por mulheres. Diante disso, Jesus promete ser narrado este gesto de Maria onde se proclamar o evangelho (Mt 26,6-13) (VALÉRIO, 2005, p. 1451).

No Evangelho de João, Maria Madalena recebe destaque tanto na morte de Jesus, aos pés da cruz (Jo 19,25) junto com Maria mãe de Jesus e mais duas outras mulheres, Maria de Cleopas e aquele/a conhecido/a pelo/a discípulo/a amado/a, quanto na ressurreição de Jesus onde ele aparece para ela e a pede para anunciar aos discípulos que ele subirá ao Pai (Jo 20,16), que também é o Pai dos/as discípulos/as. Segundo Jaubert (1985, p. 98), “os discípulos já não são mais chamados de ‘servos’(Jo 15,15), mas de ‘irmãos’”, pois o Pai de Jesus é também o Pai deles/as, o Deus de Jesus passa a ser o Deus dos discípulos também, e que a presença de Jesus agora se dará de outra forma, em Espírito Santo (At 1,8). Conforme Fehribach (2001, p. 250) Maria Madalena foi aquela que transmitiu a mensagem da ressurreição de Jesus aos discípulos entre os quais, Pedro, como também diz Schüssler Fiorenza (1995, p. 90), Maria Madalena foi enviada para proclamar o Kerigma da Páscoa, inclusive a Pedro. Com isso, “não basta somente ouvir as mulheres, mas também dialogar de forma respeitosa” (SOUZA; RICHTER REIMER, 2018, p. 274), para assim irmos reconstruindo a exemplo da comunidade joanina, uma conscientização de gênero, mediante as mulheres e o papel que poderão desempenhar para a fé e comunidade cristãs (SCHÜSSLER FIORENZA, 1995, p. 90), e se estender também para fora da Igreja-Instituição. Segundo Schottroff (*apud* SOUZA; RICHTER REIMER, 2018, p. 264) não havia disputa entre mulheres por lideranças de comunidades, o fato de Maria Madalena ser mencionada em meio a outras mulheres supõe que ela exercia autoridade sobre as mesmas dentro das comunidades.

Assim, desconstruímos para uma reconstrução bíblica do papel da mulher no passado, trazendo para o presente e o futuro o que ainda precisa ser mudado. Visto que, a exemplo de mulheres e homens que fizeram parte da comunidade joanina do século I d.C, somos chamadas/os hoje à Igreja/casa do Cristianismo Primitivo, onde houve mulheres protagonistas junto de homens que teve como objetivo levar o ‘vinho novo’ das bodas de Caná para os relacionamentos, e fazer destes um lugar mais saudável de se viver, mais compreensível, fraternal e solidário também dentro do casamento, mas também dentro da Igreja, na política e na economia.

O CASAMENTO ILUMINADO PELA AÇÃO DE JESUS E MARIA A PARTIR DAS BODAS DE CANÁ PARA HOJE SÉCULO XXI

Diante do cenário atual de pandemia do COVID 19 que estamos vivenciando, desde março de 2020, a violência contra a mulher aumentou 9%, segundo pesquisa². Diante disto, faz-se necessária a discussão de reforço às penalidades na aplicação da lei Maria da Penha em casos de violência doméstica, a qual abrange vários aspectos (psicológicos,

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/03/betim-casos-de-violencia-contra-a-mulher-aumentam-em-relacao-a-2019-mesmo-com-subnotificacao.ghtml>>. Acesso em: 3.jun.2020. 14:00:55.

sexuais, patrimoniais, etc), previstos na lei.

Contudo, segundo Paes (2019, p. 91) “a questão, muito além dos aspectos jurídicos normativos, diz respeito a aspectos socioculturais de uma sociedade patriarcal e machista”. Para Safiotti (*apud* PAES, 2019, p. 94) o patriarcado existe entre 5.203-4 anos a 2.603-4, segundo a autora é um ‘recém-nascido’ mediante a idade da humanidade entre 250.000 e 300.000 anos, ela frisa que os fundamentos do patriarcado ainda não foram destruídos. Ele está pautado onde são configurados direitos aos homens sobre as mulheres, tais como o direito do homem em relação à sexualidade da mulher; estabelecendo assim uma hierarquia de poder sobre a mulher; fortalecendo uma base material e corporal, e por fim, representado numa “estrutura de poder baseada na ideologia e na violência” (PAES, 2019, p. 95).

Com isso, podemos perceber que a mulher se torna vítima do *ethos* representado pelo sistema patriarcal, e que não existe ainda um direito legal que garanta ao agressor uma forma de ressocializar e buscar enxergar o seu papel, visto que, a violência tem aumentado e o poder de coerção tem falhado na busca da mulher por seu direito (HANAH ARENDT *apud* SAADI TOSI, 2017, p. 63).

Para Arendt (*apud* SAADI TOSI, 2017, p. 60-61):

Poder como a banalidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto grupo se conserva unido. Quando podemos dizer que alguém está ‘no poder’ na realidade nos referimos ao fato que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome [...] Sem um povo ou grupo não há poder.

Ademais, explica Patricia Copello (*apud* PAES, 2019, p. 96) “(...) a causa definitiva da violência contra as mulheres não deve ser procurada na natureza dos laços familiares, mas na discriminação estrutural sofrida pelas mulheres como consequência da desigualdade ancestral na distribuição de papéis sociais”, portanto, a subordinação das mulheres não vem de características familiares, mas de uma estruturação da sociedade patriarcal (PAES, 2019, p. 96). Por isto, a importância de rever relações e seus papéis como uma forma de categoria de ‘gênero’ e ‘categoria de gênero’ (tema do próximo item), e assim, falar das diferenças que se culmina nas desigualdades, culturais, institucionais que irá refletir na forma ver e viver no mundo (MUSSKOPF, 2019, p. 26). Uma delas é a violência doméstica que para Cavalcanti (*apud* FERRAZ; COUTINHO, 2014, p. 176) é descrita como:

[...] ação ou omissão que ocorre no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. É aquela praticada por membros de uma mesma família, aqui entendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

Contudo, fica a pergunta: O que fazer para que homens e mulheres descubram seus papéis, e assim, a violência possa diminuir? Para que a mulher não seja mais vítima e, por

isto, o homem também não seja mais agressor³.

O PAPEL DO HOMEM E DA MULHER

Bourdieu (*apud* BARREIRA, 1999, p. 178) menciona as relações de dominação de fácil perpetuação porque já é vista num contexto social, e também dele há também outras formas de dominação. E acrescenta que a dominação masculina ultrapassa as relações de gênero o que constitui uma sociedade androcêntrica, e também que o poder simbólico faz reprodução no mundo social, tanto nas palavras, quanto nos gestos, e na divisão dos sexos. O mesmo autor diz que “a construção da diferença entre o masculino e o feminino está, portanto, circunscrita a um trabalho de classificação, separação e, sobretudo, ocultação dos mecanismos básicos de diferenciação”. Contudo, se a dominação masculina se adéqua ao mundo social nas relações sociais haverá uma submissão paradoxal, determinada de ‘violência simbólica’, que se torna invisível na medida em que as vítimas aderem a tal dominação (BOURDIEU *apud* BARREIRA, 1999, p. 178).

Segundo Lemos; Ecco; Nieves (2018, p. 249) o ‘sagrado’ é algo fora do nosso alcance e que possui um poder como um *majestas*⁴, que diante daquele que se vê sentese o pó e cinzas perante este mistério, que é percebido pelo sentimento religioso, e por isto, não pela razão, pois desperta sentimentos e emoções que ultrapassam a razão, base para um conceito de justiça divina, um mistério, em que atrai amor, misericórdia e piedade. Porém, percebemos que o ‘Sagrado’ na tradição judaico-cristã Ocidental se dá através da figura masculina (LE MOS; ECCO; NIEVES, 2018, p. 249). Temos como exemplo da divindade, conhecida como ‘Pai Eterno’, na figura de um velhinho sábio (LE MOS; ECCO; NIEVES, 2018, p. 249), na figura de uma imagem conhecida por ‘Divino Pai Eterno’ e também pela romaria popular na direção à Trindade, uma cidade do estado de Goiás que atrai milhares de pessoas. Ao passo que, a figura de ‘Eva pecadora’ (mulher) narrada no livro de Gênesis, a qual deu o fruto proibido a Adão e o fez pecar, fazendo de Eva uma irresponsável que não merece a confiança de Deus, além do mais narra o fato de Adão ter sido criado primeiro (LE MOS; ECCO; NIEVES, 2018, p. 249). Diante dos textos sagrados contemplamos a manifestação de Deus numa descendência masculina como: Abraão, Isaac, Jacó, José, Moisés, Davi, Salomão, Josué... pelo fato destes terem feito uma experiência ou presenciado Deus em suas vidas através da *hierofania*⁵, que culmina enfim, em Jesus, também homem, e as mulheres onde estão? (LE MOS; ECCO; NIEVES, 2018, p. 249-250). Visto que, o sagrado tem grande importância para as pessoas, e se

3 O filósofo Bert Hellinger contribuiu com sua nova abordagem fenomenológica sistemática, chamada Constelação Familiar, a qual foi desenvolvida para melhor estabelecer as relações humanas, que também poderá contribuir muito no relacionamento entre o homem e a mulher, na diminuição da violência contra a mulher existente ainda hoje em pleno século XXI.

4 Segundo Otto (1985, p. 23) “é o superpoder absoluto do *numinoso* (o não-racional) que se relaciona o sentimento de ser criatura”.

5 Ver mais em (ELIADE, 1992).

sentir especial para o sagrado trouxe grande peso positivo na formação de uma identidade. No entanto, também trouxe consequências para as identidades masculinas e femininas, que diante dos sistemas simbólicos entre homem e mulher percebemos uma relação de violência, como o papel da religião em seu tratamento com as identidades de gênero, o que contribui cada vez mais na força deste papel, e faz com que a violência de gênero se perpetue (LEMOS; ECCO; NIEVES, 2018, p. 250).

Por último, as concepções de gênero são construídas através de imagens, experiências e práticas religiosas, neste âmbito pode se buscar alterações nos relacionamentos entre homens e mulheres, o demonstra as mulheres serem submissa a essa cultura patriarcal que as exclui e oprime, e mesmo a partir de novas práticas e experiências de mulheres, elas ainda continuam aderindo a cultura existente, o que atrapalha que as mudanças em relação à concepção de gênero aconteçam, haja vista, que ainda se encontram muitas resistências em admitir essas mudanças (LEMOS; ECCO, NIEVES, 2018, p. 255). Numa entrevista realizada por Elsa Tamez, ela pergunta sobre o artigo que Ivone Gebara fez sobre “cómo la mujer hace teología?” E ela responde resumidamente que a mulher deve tomar uma postura e interferir na produção de valores culturais entre o feminino e o masculino, pois há outras maneiras de relacionamento humano e outras maneiras de pensar, e não é a biologia que dita regras (TAMEZ, 1986, p. 120-1). Como diz Simone Beauvoir (*apud* SILVA, 2019, p. 10) “*Não se nasce mulher, se torna mulher*”, frase também que pode ser transferida ao homem, “*Não se nasce homem, se torna homem*”. A partir desta frase é que constitui a contribuição da feminilidade e da masculinidade, o que leva a reflexões sobre o papel do homem e da mulher na perspectiva da análise de gênero (GEBARA, 2000, p. 103). Diante disto, o que tenho visto nos últimos tempos tem me preocupado, no que consiste no aumento do número de Violências Contra a Mulher, isto significa que o homem não está utilizando seu poder de forma que frisa o discipulado de Jesus, na base da igualdade de gênero, mas pelo contrário está cada vez mais alimentando o patriarcalismo histórico, que vai contra o discipulado proposto por Jesus em seu discipulado. Diante disto é preciso colocar em prática a palavra de Deus, visto que, Deus criou o homem e a mulher a sua imagem e semelhança (Gn 1, 27) e que nenhum deve estar submisso ao outro, mas que ambos usam da submissão uns para com os outros, ou seja, servindo um ao outro com respeito e amor valorizando sua humanidade, e por isto, o divino que existe em cada um.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Revista de Ciências Sociais. v. 30, n. 1/2. 1999. p. 178-181.

BÍBLIA DE JERUSALÉM: Nova edição, revista e ampliada. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. 11. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2016.

DUARTE, Samuel de Jesus. O Cumprimento da Justiça a Partir da Perspectiva do “Divórcio” no Aspecto do Relacionamento Homem-Mulher em Mt 19, 1-9. In: ECCO, Clóvis. et al. (Orgs.). *JUSTIÇAS: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 292-314.

FEHRIBACH, Adeline. *En Clave de Mujeres... Las Mujeres en la Vida del Novio: Um analisis histórico-literário feminista de los personagens femininos en el cuarto evangelio*. Traducción: María del Carmen Blanco Moreno y Ramón Afonso Díez Aragón. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A, 2001.

FERRAZ, Cristiane Leal de Moraes e Silva; COUTINHO, Rúbian Corrêa. Mulheres em Situação de Violência: Significados e Percepções Sobre Violência Doméstica e Familiar. In: FERRAZ, Cristiane Leal de Moraes e Silva (Orgs.). *As Políticas Públicas em Goiás na Efetivação da Lei Maria da Penha*. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2014. p. 173-207.

GEBARA, Ivone. Capítulo II. Compreender o mal pela mediação hermenêutica do GÊNERO. in: GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal*. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-144. 87

GONDIM, Luiz Carlos Lisboa; GONDIM, Lucas Mancilha . O Casamento Judeu: rituais, crenças e significados. *Revista Hermenêutica*, Cachoeira-BA, vol. 12, n. 2, p. 71-84, 2012.

JAUBERT, Annie. *Leitura do Evangelho Segundo João*. Tradução de Pe José Raimundo Vidigal, CSsR. São Paulo: Paulinas, 1985.

JEREMIAS, Joaquim. *Jerusalém no Tempo de Jesus: Pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário*. Tradução: M. Cecília de M. Duprat. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

KONINGS, Johan. *Evangelho Segundo João: Amor e Fidelidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LEITE, Iêda Santos. Início do Livro dos Sinais (Jo 1,19-4,54): Origem da comunidade do Discípulo Amado, primeiros discípulos e primeiros sinais. In: SABOYA, Marysa M. (Orgs.). *Amar Sem Limites: Nas Trilhas das Comunidades do Discípulo Amado*. São Leopoldo: CEBI, 2015. p. 25-49.

LEMONS, Carolina Teles; ECCO, Clóvis; NIEVES, Katiuska Florencia Serafin. Religião, Gênero e Justiça Social: O Caso de Violência Contra Mulheres. In: COSTA, Celma Laurinda Freitas (Orgs.). *Justiça e Santidade entre o Ideal Humano e o Divino*. IX Congresso Internacional em Ciências da Religião PUC Goiás. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 245-258.

MURAD, Afonso. *Maria toda de Deus e tão humana: compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas; Santuário, 2012.

MUSSKOPF, André S. Gênero e Masculinidades. In: MUSSKOPF, André. S (Orgs.). *As Masculinidades e Seus Caminhos*. São Leopoldo: CEBI, 2019. p. 26-40.

PAES, Fabiana Dal'Mas Rocha. Violência Doméstica: A Lei Maria da Penha nas Perspectiva Socioculturais e Legais. In: SILVA, Laudelina Inácio da (Orgs.). *Os Avanços e Desafios dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: As Contribuições da ABMCJ*. Goiânia: Kelps, 2019. p. 91-102.

PAGOLA, José Antônio. O Caminho Aberto por Jesus: João. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2013.

RICHTER REIMER. *Maria, Jesus e Paulo com as Mulheres: textos, interpretações e história*. São Paulo: Paulus, 2013.

SCHOTTROFF, Luise. *Mulheres no Novo Testamento: Exegese numa perspectiva feminista*. São Paulo: Paulinas, 1995.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. *Discipulado de Iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação*. in: SHÜSSLER FIORENZA. Cap 5: Teologia Feminista como teologia crítica da libertação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 65-92.

SAADI TOSI, Lamia Jorge. *A Banalização da Violência e o Pensamento de Hanah Arendt: Um debate ou um combate?* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP. Marília. 19. mai.2017. p. 1-29.

SILVA, José Joselito da. Gênero e masculinidades, uma construção: não se nasce homem, torna-se homem. In: MUSSKOPF, André. S (Orgs.). *As Masculinidades e Seus Caminhos*. São Leopoldo: CEBl, 2019. p. 7-15.

SOUZA; Carolina Bezerra; RICHTER REIMER, Ivoni. *Maria de Magdala: das Redes Evangélicas para a Festa?*. In: ECCO, Clóvis (Orgs.). *Justiças: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião PUC Goiás*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 260-277.

STEGEMANN, Ekkhard W; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo: os primórdios do judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. Tradução de Nélío Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

STRÖHER, Marga Janete. Entre a afirmação da Igualdade e o dever da submissão: Relações de igualdade e poder patriarcais em conflito nas primeiras comunidades cristãs. in: DIRCKSEN, Nilva. *et al.* (Orgs.). *Estudos Bíblicos: relações re-criadas na bíblia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 36-44.

TAMEZ, Elsa; BOFF, Leonardo (et al.). *Teólogos de la liberación hablan sobre la mujer*. San José: DEI, 1986. p. 117-125.

TONINI, Hermes. Re-criando a casa de Jesus e seu discipulado de iguais: o movimento de Jesus na tradição do/a discípulo/a amado/a. in: DIRCKSEN, Nilva. et al. (Orgs.). *Estudos Bíblicos: relações re-criadas na bíblia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.17-35.

VALÉRIO, Paulo Ferreira. A Unção de Betânia: Antecipação Simbólica da Morte e Ressurreição de Jesus (Jo 12,1-12). *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.15, n. 9, p. 1447-1465, set. 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016) e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Especializou-se em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Psicopedagogia e Educação Especial, Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015). É doutorando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor na FacUnicamps, pesquisador da Universidade Federal de Goiás e psicólogo clínico - ênfase na Clínica Psicanalítica. Pesquisa nas áreas de psicologia, educação e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia e desenvolvimento humano.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comunidade terapêutica 68, 69, 71, 73

Crime 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52

D

Dano emocional 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51

Descolonização 5, 6, 23, 29, 30, 33

Divisão sexual do trabalho 8, 9, 10, 11

F

Feminismo 1, 2, 3, 5, 6, 7, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 33, 34

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 63, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

I

Ideologia de gênero 36, 37, 38, 39, 40, 41

Indivíduos não-heterossexuais 68, 69

Interseccionalidade 1, 5, 6, 7

L

Lesbianidade 1, 4, 5

M

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Mulheres indígenas 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

N

Nordeste 1, 2, 3, 6, 15, 26, 30, 32

P

Programa Mulheres Mil 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Protagonismo de mulheres 74

R

Relacionamento abusivo 42, 43, 46, 47, 49, 50, 51, 52

Religião 15, 44, 73, 74, 81, 82, 83

S

Sistemas de informação 53, 63, 65

U

Uso de substâncias 68, 69

V

Violência 4, 7, 8, 14, 15, 16, 25, 26, 28, 29, 31, 35, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Violência contra a mulher 8, 15, 16, 26, 43, 53, 66, 78, 80

Violência psicológica 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Vítimas mulheres 42

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

3




Ano 2022